

AC. EM CÂMARA

(02) RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2024 – CMVC E SMVC:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “**PROPOSTA** – Concluído o terceiro ano económico do presente mandato, interessa fazer um balanço factual, cronológico e integrado - direi mesmo, neutro - em resultado dos indicadores alcançados, reconhecidos nacional e internacionalmente. Foram três anos de surpresas em múltiplos domínios (tomando como exemplos os domínios económicos, sociais, saúde e educação), mas superámos de forma positiva e sólida os impactos da pandemia da COVID-19, dos conflitos militares internacionais, da nova realidade geopolítica, da nova ordem mundial, ou seja, do cenário internacional, da subida galopante da inflação (resultando num ambiente de incerteza nas relações comerciais, com significativa volatilidade dos mercados, locais, nacionais e globais), da redução das transferências financeiras diretas do Estado, do arrastamento interminável do encerramento do PT2020, do arranque lento (reconhecido por todos) do PRR e do PT2030 e da instabilidade gerada por três novos governos, caminhamos para quatro no mandato, da descentralização de competências e transformações sociais, acontecimentos únicos e multinível num período tão curto, com inevitáveis e sérios estrangimentos que configuraram e moldaram o desempenho e resultados do mandato que caminha para o seu término. Também em 2024, e sem nos desviarmos da conjugação da complexidade da gestão dos recursos públicos municipais disponíveis, da transparência e da eficiência na aplicação dos mesmos, do controle rigoroso da despesa corrente (evitando desperdícios), de uma relevante poupança corrente e de uma utilização qualitativa (quanto às opções), bem como do total aproveitamento dos recursos europeus disponíveis, matriz de todo o mandato, asseguramos uma continuidade na melhoria e benefício da qualidade vida dos Vianenses, e garantimos a **maior Conta de Gerência de sempre, 95,3 M€ (+ 15,1% que 2022, que já tinha sido a maior receita de sempre) de receita e 94,1 M€ de despesa (+ 14,5% que 2022, que já tinha sido a maior despesa de sempre)**. Na continuidade do alcançado nos últimos três anos, a proatividade e cooperação com os agentes Culturais, Sociais, Desportivos, Económicos e Sociais permitiram garantir o cumprimento de todos os compromissos com a comunidade, bem como o desenvolvimento sustentável que desejamos para o concelho. A adoção de rigorosas políticas de planeamento financeiro, a elaboração de um orçamento realista (**com contratos celebrados com o Governo e a CCDRN para todas as obras nas áreas da Habitação, Educação, Saúde, e Desenvolvimento Económico, com garantia de transferência de verbas, sob entrega de faturas, no prazo de 30 dias, o que infelizmente não aconteceu**) e flexível e a capacidade de adaptação e resiliência demonstrada pelo Município em 2024 foi fundamental para

assegurar a prestação dos serviços públicos essenciais, de natureza municipal, e o desenvolvimento sustentável do Concelho. Mais uma vez, mesmo perante a instabilidade económica e política, o Município demonstrou estar preparado para lidar com as turbulências financeiras e ter capacidade para ajustar o plano e respetiva execução de acordo com um cenário em constante mutação. Mostrámos capacidade de acompanhamento, atentos às tendências macroeconómicas e à capacidade de adaptação rápida para garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis. A importância da transparência e da prestação de contas não foi subestimada e foi essencial para manter a confiança dos investidores nacionais e internacionais, dos Vianenses e dos demais agentes do território no trabalho realizado. Com um diálogo próximo e comunicação eficaz, foi possível continuar a construir um ambiente de colaboração e empoderamento em convergência com o desenvolvimento sustentável para todos. No **plano institucional**, o Município deu um passo gigante nos últimos três anos, alcançando uma notoriedade sem paralelo. Acolhemos a realização da **33.ª Cimeira Luso-Espanhola**, em novembro de 2022, bem como as comemorações do **Dia do Exército**, em outubro 2023, **dos Encontros do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID)** em dezembro 2023, das Comemorações do **Dia da Polícia Marítima**, em outubro 2024, e vamos receber o **Dia da Marinha**, em maio de 2025. Assumi a **Presidência do Eixo Atlântico** em 2024 (plataforma de 40 cidades e de duas deputações do Norte Peninsular, que representa mais de 6,5 milhões de habitantes). No ranking das **melhores cidades para Viver / Visitar / Fazer Negócios** estamos no **top 20** nacional e, no Minho, somos a **terceira melhor**, depois de Braga e Guimarães. Fomos também galardoados com o título de **Terceira Cidade mais Acolhedora do Mundo em 2024, pelos utilizadores da plataforma Booking.com**, bem como o de **Segunda Cidade com mais Reputação Turística** pelo Jornal Público / Evasão em 2024 e somos a **segunda cidade portuguesa** de onde partem mais peregrinos rumo a Santiago de Compostela, pelo Caminho Português da Costa (dados da Oficina del Peregrino). Recentemente, e depois de um complexo exercício de aproximação e reconhecimento, celebrámos o **protocolo de cooperação para a adesão de Viana do Castelo à Associação Quadrilátero Urbano. A Associação Quadrilátero Urbano** (Associação de Fins Específicos) é uma rede estratégica formada pelos municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de promover a competitividade, inovação e internacionalização da região. A adesão de Viana do Castelo a esta associação que passará a designar-se por **Pentágono Urbano** fortalece ainda mais a coesão territorial e amplia as sinergias entre os municípios, criando um polo de excelência no Noroeste Peninsular. Marcámos, indelevelmente, o início de uma nova fase de colaboração intermunicipal na região noroeste de Portugal, resultado da nossa localização geoestratégica e forte ligação à Galiza e ao resto da Europa, porque representamos a *"porta de entrada" fundamental para*

a internacionalização da região. Para o atual presidente da Rede, Ricardo Rio, Presidente do Município de Braga, “a adesão de Viana do Castelo é um sinal claro de que estamos a construir uma rede de municípios cada vez mais forte e integrada. Nesta rede temos cinco dos 20 concelhos mais exportadores, que representam cerca de 10% das exportações nacionais e 25% das exportações do Norte de Portugal. São territórios que têm demonstrado grande pujança num leque muito diversificado de sectores de vanguarda tecnológica e de inovação”. A adesão de Viana do Castelo “representa um marco importante para a região, constituindo-se como uma mais-valia para o desenvolvimento sustentável e para a internacionalização da nossa rede, que se torna ainda mais robusta e capaz de enfrentar os desafios do futuro”. Na dimensão do **Desenvolvimento Económico**, consolidámos o nosso ecossistema industrial, formado, neste momento, por mais **30 multinacionais**. Representamos já mais de **1,5%** das exportações no contexto nacional e **3,8%** no contexto da Região Norte (Norte: representa **37%** exportações nacionais e 52% da capacidade industrial) e **45,8%** das exportações do Alto Minho. Ocupamos, assim, a 7.^a posição dos concelhos mais exportadores a Norte, com 1,2 MM€ (**à frente do Porto**) e a 13.^a posição dos concelhos mais exportadores do país (**subimos 3 posições relativamente a 2023**). **Fomos o concelho a Norte que mais cresceu nas exportações em 2024**. Contudo, estamos conscientes que as políticas públicas e respetivas opções têm que agregar a trilogia formada pelo desafio de manter a coesão social, garantir a prestação de serviços equitativos e proporcionar uma governança empática, próxima, atenta e flexível. Nesse sentido, o investimento que estamos a executar no **Novo Acesso ao Vale do Neiva** e na **quarta Travessia sobre o rio Lima**, um investimento superior a **33 M€**, é determinante. Somos, efetivamente, um território de oportunidade e que protege quem nele investe, condição pela qual garantimos o investimento privado da **Nordic**, um investimento Norueguês superior a **50 M€** que criará, até ao fim do primeiro trimestre de 2026, mais de **600** postos trabalho diretos e contribuirá para um incremento superior a **800 M€** nas nossas exportações. A **Inovação** e a materialização do Planeamento Estratégico assumiram uma ação estrutural, também nos últimos três anos, com resultados internos e externos que posicionam hoje o Município num plano de referência nas políticas de estímulo ao emprego e fixação de investimento nacional e internacional, na qualificação, com aposta estratégica e nunca ocorrida na Educação, aposta que reforçou a equidade e a inclusão, promoveu um ambiente económico mais resiliente, agilizou a implementação de políticas de incentivo à inovação, à competitividade e à promoção do desenvolvimento sustentável. A reestruturação interna implementada passou pela incorporação de ferramentas de gestão modernas, ações de capacitação e motivação, análises de desempenho, uso de tecnologias de informação e comunicação, fundamentais para um modelo de governança autêntico, ágil e próximo dos cidadãos. A operacionalização do Portal do

Associativismo, a introdução de ferramentas de Inteligência Artificial no serviço de Gestão Urbanística, a consolidação dos sistemas de auditoria e controle, garantidos por entidades externas, contribuíram também, em muito, para o sucesso alcançado. Os investimentos em modernização das infraestruturas e na capacitação dos servidores públicos demonstram resultados positivos, com a melhoria gradual dos indicadores de satisfação dos cidadãos e da eficiência na prestação dos serviços públicos prestados pelo Município, condição certificada pela recente atribuição do Prémio de Reconhecimento às Câmaras Municipais com Maior Índice de Transparência, colocando o Município na **24.ª posição a nível nacional**, entre os 308 municípios, e em **6.º lugar entre as 18 capitais de distrito**, alcançando ainda o **melhor resultado no distrito**, excelência atribuída no 3º Congresso da Transparência Municipal, pelas entidades Dyntra e Ogov. Não menos relevantes são os investimentos no Centro de Tratamento de Dados – **DataColab**- num investimento Municipal superior a 1 M€, no Viana **STARTS** - Centro de Arte, Tecnologia e Arte, (a nascer no antigo matadouro), num investimento superior a **6 M€**, a participação no programa BNeutral (rede de oito cidades a Norte para mobilidade sustentável), a liderança de Viana do Castelo da ITI “Redes Urbanas”, “Cidades Âncora Para a Economia Azul”, bem como os passos dados para a instalação do **SUSTEmare** - Centro Tecnológico e Inovação em Energias e Tecnologias Oceânicas, solidificam uma convergência das ações estratégicas, condição evidenciada por todos estes projetos conjuntos que envolveram investimentos públicos e privados em infraestrutura, capacitação profissional e estímulo à investigação, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica que, no conjunto, promoveram e promoverão ganhos em múltiplos itens, nomeadamente, na eficiência dos serviços e atividades económicas, e posicionarão Viana do Castelo como referência nacional e internacional na Inovação, nas Economias Mar/Azul e Verde e na mobilidade sustentável. No domínio das **Receitas**, o Município continua confrontado com uma redução do seu Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), com uma grandeza superior a **1 M€/ano** desde 2021 (**8,8 M€**, valor transferido em 2024), recebendo verba igual ou inferior a três Municípios do Alto Minho, com menos 1/2, 1/4 e 1/5 da população, respetivamente, de Viana do Castelo. Relativamente aos **impostos municipais**, verifica-se um aumento de **3,2%** (+ 0,8 M€), garantido pelo IMT, assistindo-se a uma redução nos outros impostos: Derrama (- 24,9%) e IMI (- 2,7%). Relativamente ao IMI, a receita anual é inferior a 2021, cumprindo-se o que tinha sido assumido com os Vianenses em período eleitoral, ou seja, devolução garantida com redução das taxas de **0,36%** para **0,35%** e redução para famílias numerosas de 20€, 30€ e 70€ (1, 2 e 3 descendentes em 2021) para 40€, 70€ e 140€ (1, 2 e 3 descendentes em 2024). O aumento de **19,8%** nas receitas, relativamente a 2023, ocorre essencialmente pela capacidade de captação de fundos comunitários, superior a **14,1 M€** (+ **8,9 M€** relativamente a 2023 e + **5,6 M€** relativamente a 2022 que tinha sido o melhor ano

de sempre), que é claramente prejudicado pela não liquidação dos pedidos de pagamento submetidos entre junho e dezembro de 2023 (**só na área de habitação são superiores a 5,6 M€**, bem como pela litigância pré-contratual nas empreitadas do Novo Acesso ao Vale do Neiva e da **quarta Travessia sobre o rio Lima**, que atrasou em mais de 4 meses o início da respetivas execuções. Relativamente à **Despesa**, o aumento da massa salarial superior a **2,4 M€ (+ 8,7%)**, seguindo já uma trajetória superior a **6,6 M€** relativamente a 2021, bem como dos encargos financeiros/juros (superior a **1,2 M€ | 6,7 vezes superior relativamente a 2021**), tiveram um impacto operacional significativo na gestão e execução do PAO2024. É crucial considerar e relevar o quanto este conjunto de fatores afetou as finanças municipais no decorrer de 2024, bem como a capacidade de cumprir com algumas das metas estabelecidas. Em consequência, este incremento na despesa operacional consolida uma tendência de crescimento desde 2021, que só na massa salarial, revisão de preços e juros, é superior a **11,7 M€** (6,6 M€, 4,1 M€ e 1 M€, respetivamente). Perante este cenário desafiador, de influente e enorme incerteza, de gravosas consequências económicas e sociais, foi essencial adotar-se uma abordagem estratégica e transparente na gestão dos cada vez menores recursos. Priorizar a eficiência, a inovação e a sustentabilidade financeira foi a chave para garantir uma execução bem-sucedida, bem como mitigar as perspetivas económicas e orçamentais negativas, com ação direta no Exercício Económico de 2024. A colaboração entre os diferentes serviços municipais e os múltiplos setores da sociedade, a reinterpretção eficiente das parcerias e a busca por fontes alternativas de financiamento foram valiosos para superar os desafios financeiros e alcançar os objetivos estabelecidos, continuando a aprofundar a relação de proximidade com os cidadãos e a garantir a melhoria qualitativa dos serviços prestados. Mesmo nesta adversidade, assegurámos serviços de qualidade e garantimos a operacionalidade e resposta às solicitações dos nossos munícipes, dos movimentos culturais e associativos, das entidades e das Uniões e Juntas de Freguesia, para as quais garantimos um crescimento gradual, entre 2022 e 2024, relativamente à transferência de capital, recursos indispensáveis aos investimentos das mesmas na grandeza de 5,49 M€, 5,50 M€ e **5,73 M€** respetivamente. Em resultado, apresentámos o maior exercício financeiro de sempre registado pela Câmara Municipal, com uma receita de **95,3 M€** e uma despesa de **94,1 M€**. Assim, a taxa de Execução Orçamental de 2024 estabilizou nos **70,1%**, justificada pelos fatores identificados anteriormente (**contratos celebrados, com Governo e CCDRN, para todas as obras nas áreas da Habitação, Educação, Saúde, e Desenvolvimento Económico, com garantia de transferência de verbas, sob entrega de faturas, no prazo de 30 dias, o que infelizmente não aconteceu**, bem como pela litigância pré-contratual nas empreitadas do **Novo Acesso ao Vale do Neiva** e da **quarta Travessia sobre o rio Lima**, que atrasou em mais de quatro meses o início da

respetivas execuções) e pelos sucessivos atrasos registados no encerramento do PT2020 e na contratualização dos Fundos Comunitários (PT2030) e da execução sólida do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Na execução, destacamos, ainda, o **Investimento Direto** em 2024, que alcançou um montante expressivo de **17,73 M€**, mais 1,17 M€ relativamente a 2023. Interessa aqui sublinhar que garantimos no mandato os maiores investimentos diretos da história do Município (2021, **17,69 M€**/2022, **20,03 M€** / 2023, **16,56 M€** e 2024, **17,73 M€**). Esta capacidade de investimento do Município resultou: (i) participação da **Poupança Corrente** de **10,5 M€** (2021, **9,8 M€** / 2022, **14,9 M€** / 2023, **13,6 M€** e 2024, **10,5 M€**), (ii) **com recurso residual a empréstimos** de curto, médio ou longo prazo, (iii) e num contexto de expressivo financiamento por fundos comunitários (**14,1 M€**). Relevamos, ainda, a excelente performance operacional e de concretização nas Grandes Opções do Plano. Primeiro na Coesão Territorial (13,3% / 5,47 M€, num **aumento** de **0,23 M€**), seguida do **Desporto e Tempos Livres** (13,3% / 5,43 M€), da **Educação** (com 13,2% / 5,41 M€), da **Habituação e Urbanização** (13% / 5,3 M€), da **Comunicação e Transportes** (10,3% / 4,21 M€), da **Cultura** (8% / 3,29 M€), do **Desenvolvimento Económico** (6% / 2,41 M€), do **Ambiente e Qualidade de Vida** (6% / 2,31 M€) e da **Saúde** (2% / 0,96 M€), demonstrando uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos Vianenses, bem como um modelo de desenvolvimento voltado para o futuro. Finalmente, e como anteriormente já foi decalcado, conseguimos, no mandato, e também no ano económico de 2024, superar transversalmente os compromissos assumidos com os Vianenses, alcançando realização e resultados superiores em toda a história do Município. Foram os melhores anos económicos de sempre, que garantiram investimentos significativos na **Educação** (nos anos de 2022 e 2024, como primeira execução nas GOP, num investimento superior a **20 M€**), na **Habituação** (+ de **14 M€** em execução), no **Desporto** (construção da Praça Viana, investimento exclusivamente do Município superior a **5 M€**, na aquisição dos terrenos envolventes ao Complexo Manuela Machado / futura Cidade Desportiva, investimento superior a **1,7 M€**), na **Saúde** (investimento superior a **6 M€**), no **Desenvolvimento Económico** (investimento superior a **35 M€**), nas **Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento** (investimento superior a **10 M€**), na **Mobilidade** (implementação do sistema/rede pública de transportes, investimento em execução, superior a **7 M€**), na **Inovação** (Viana STARTS - Centro de Ciência, Tecnologia e Arte/Antigo Matadouro, investimento em execução superior a **6 M€**), planeamento, estratégia e trabalho que permite estarmos a executar, neste momento, investimentos em todo o concelho superiores a **100 M€**, com financiamento garantido, numa evidente demonstração de planeamento e responsabilidade com o sustentabilidade económica, de hoje e do futuro, do Município. Contudo, não deixamos de interpretar e encontrar as melhores soluções para não nos desviarmos do rigor orçamental, da

sustentabilidade financeira e de cumprir com os compromissos financeiros, porque entendemos, sempre, que o controlo da dívida e gestão dos recursos disponíveis são princípios fundamentais e de demonstração da nossa responsabilidade. Nesse sentido, a **disciplina** e o **rigor** implementado permitiu reduzir, no **mandato**, o **Valor de Empréstimos** em **1,9 M€** (de 26,6 M€ em dezembro de 2021 para 24,7 M€ em dezembro de 2024) e de **2023** para **2024** em **2,2 M€** (de 26,9 M€ em janeiro, para 24,7 M€ em dezembro). **Reduzimos**, ainda, a **Dívida Total** no **mandato** na grandeza de 1,5 M€ (36,8M€ em dezembro de 2021 para **35,3 M€** em dezembro de 2024), e redução de 2023 para 2024 em **3,9 M€** (de 39,2 € em dezembro de 2023 para 35,3 M€ em dezembro de 2024). Destacar, ainda, o **aumento** da **Margem de Endividamento** no mandato, mais **13,7 M€** (evoluindo de **57,3 M€** em 2021 para **71 M€** em 2024) e o aumento de 2023 para 2024, mais **13,4 M€** (de **57,6 M€** em dezembro de 2023 para **71 M€** em dezembro de 2024), resultando numa capacidade de endividamento (via empréstimos) de **28 M€**, evidenciando-se que a disciplina e o rigor não são sinónimos de restrição, mas também de inteligência e capacidade de implementar um modelo de desenvolvimento absolutamente sustentável. Em síntese, o terceiro ano de governo municipal, tal como em todo o mandato, mesmo tendo sido um ano de profunda exigência, foi assumido como a oportunidade para fazer bem, continuando a concretizar uma visão estratégica para o nosso Município no domínio da política económica, das políticas públicas e da política orçamental, devidamente apoiadas na concretização dos instrumentos de gestão orçamental legalmente previstos, com a ambição de um **progresso económico sustentável** para Viana do Castelo e onde tudo começa e termina: **nas Pessoas**.

I - ECONOMIA E FINANÇAS

A atividade municipal em 2024 atingiu a maior dimensão de sempre, atingindo o valor de **95,3 M€ na receita** e de **94,1 M€ na despesa**. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento na receita de 15,7 M€ e na despesa de 14,7 M€.

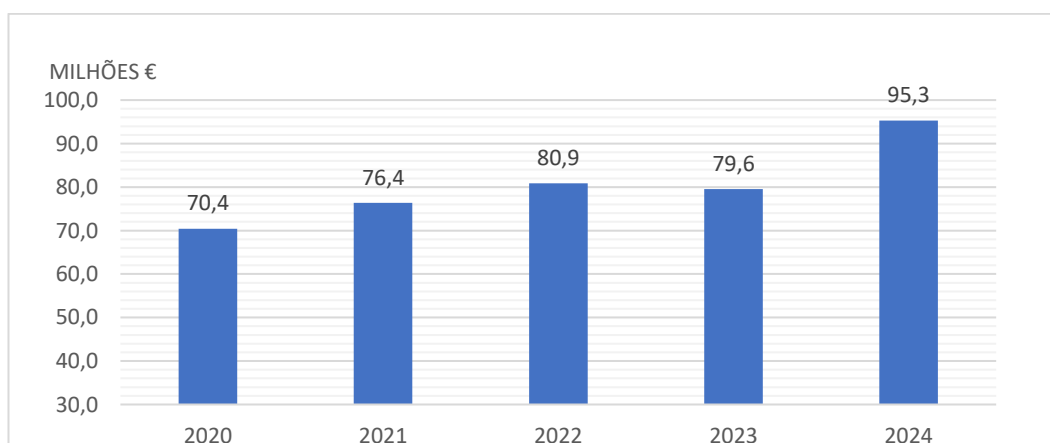


Figura 1 - Evolução da Receita

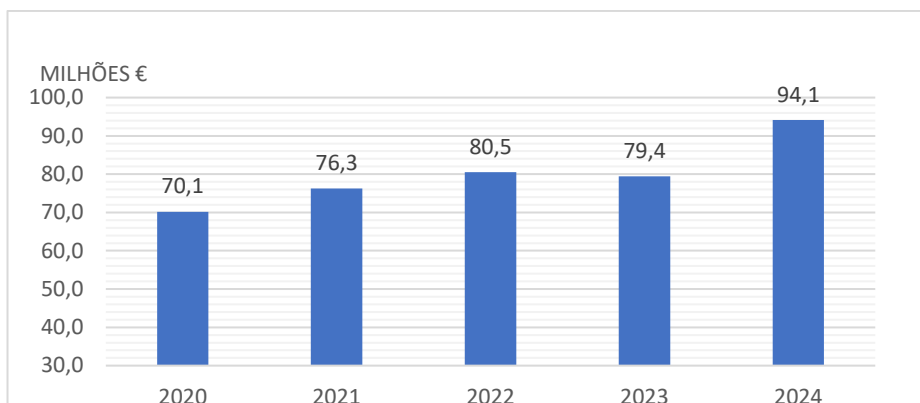


Figura 2- Evolução da Despesa

A Taxa de Execução Orçamental em 2024 registou o valor de 70,1%. Este valor justifica-se pelos atrasos registados na concretização do programa (PT2030), nomeadamente, no atraso de publicação dos avisos, na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e no pagamento dos pedidos apresentados de investimento que se encontra em execução, referentes a projetos com um peso significativo no Orçamento de 2024.

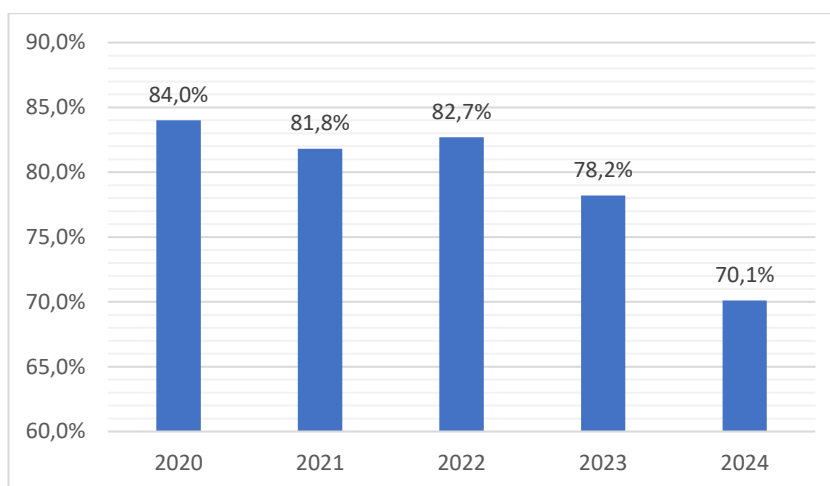


Figura 3 - Evolução da Taxa de Execução Orçamental

Receita

No ano de 2024 a receita arrecadada atingiu o maior valor de sempre, fixando-se nos **95,295 M€**, que comparativamente ao ano anterior representa um **aumento de 19,8%**.

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24	
						Valor	%
RECEITAS CORRENTES	52 769 575	53 893 216	62 259 791	63 993 177	71 143 789	7 150 612	11,2%
Impostos Diretos (IMI+IMT+IUC+DER)	22 372 546	22 093 191	28 036 581	26 963 709	27 839 266	875 557	3,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 279 232	1 415 296	1 435 597	1 864 437	2 653 368	788 931	42,3%
Rendimento Propriedade		3 698	36 070	17 662	20 883	3 222	18,2%
Transferências Correntes	25 019 455	25 954 677	27 905 465	28 499 318	32 416 729	3 917 411	13,7%
Venda Bens Serviços	3 487 828	3 931 632	4 600 881	6 335 820	5 201 962	-1 133 858	-17,9%
Outras Receitas Correntes	610 514	494 722	245 198	312 232	3 011 580	2 699 348	864,5%
RECEITAS DE CAPITAL	17 503 065	22 242 351	18 545 054	15 251 439	23 990 229	8 738 790	57,3%
Venda de Bens de Investimento	545 022	746 715	531 941	586 856	154 810	-432 046	-73,6%
Transferências Capital	11 932 925	10 750 789	9 595 035	8 636 967	16 485 419	7 848 452	90,9%
Passivos Financeiros	4 997 139	10 744 847	8 418 077	5 989 886	7 350 000	1 360 114	22,7%
Médio e Longo Prazo (MLP)	1 797 139	7 244 847	4 818 077	1 889 886	2 000 000	110 114	5,8%
Curto Pazo (Tesouraria)	3 200 000	3 500 000	3 600 000	4 100 000	5 350 000	1 250 000	30,5%
Outras Receitas Capital	27 979			37 730		-37 730	-100,0%
Saldo Gerência Anterior	151 465	237 959	73 221	324 555	160 878	-163 677	-50,4%
TOTAL RECEITAS	70 424 104	76 373 526	80 878 066	79 569 172	95 294 896	15 725 724	19,8%

Figura 4 - Estrutura da Receita

A receita corrente cobrada mantém a tendência de subida, registando um aumento de 11,2%, fixando-se em 71,144 M€.

A receita de capital registou uma forte subida atingindo o valor de 23,990 M€ que, comparativamente ao ano anterior, representa um aumento de 57,3%. Este aumento explica-se, sobretudo, pelo significativo aumento da rubrica de Transferências de Capital, nomeadamente, transferências provenientes de participações comunitárias.

Importa referir que o valor arrecadado com a receita proveniente de fundos comunitários em 2024 registou uma forte subida, atingindo o valor de 14,1 M€. Este resultado podia ser substancialmente mais elevado se os pedidos de pagamento apresentados referentes a obras em curso tivessem sido executados.

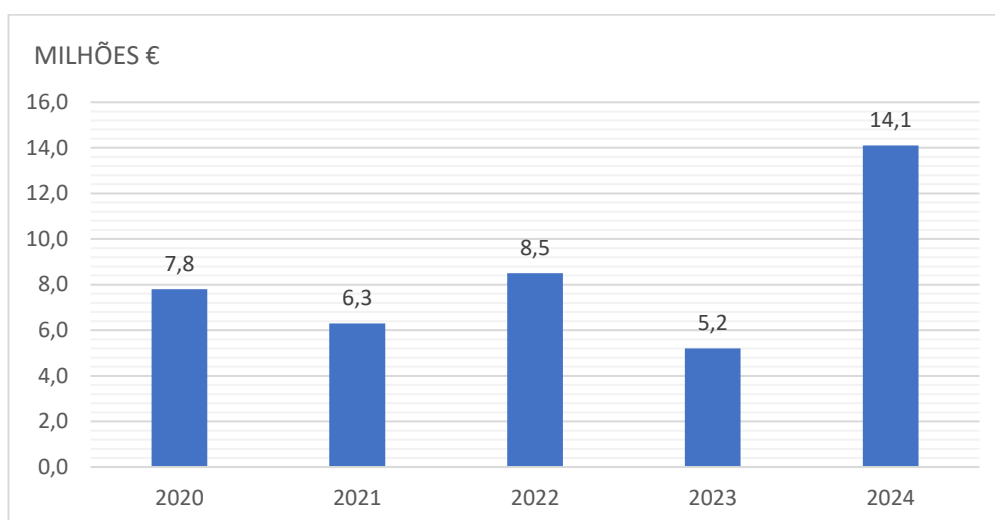


Figura 5 - Fundos Comunitários

Das receitas provenientes dos impostos diretos verifica-se um aumento de 3,0%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial no montante de 820 mil euros, resultante essencialmente da subida da receita do IMT (2,3 M€).

Impostos	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 23 / 24	
						%	Valor
I.M.I.	12 358 645 €	12 171 258 €	12 609 473 €	12 528 576 €	12 186 615 €	- 2,7%	- 341 961 €
I.M.T.	3 917 811 €	5 195 673 €	7 453 368 €	6 846 172 €	9 211 563 €	34,6%	2 365 391 €
IUC	2 335 249 €	2 467 223 €	2 567 106 €	2 735 767 €	2 796 199 €	2,2%	60 431 €
Derrama	3 758 678 €	2 259 038 €	5 406 634 €	4 853 194 €	3 644 890 €	- 24,9%	- 1 208 304 €
Total	22 370 382 €	22 093 191 €	28 036 581 €	26 963 709 €	27 839 266 €	3,2%	875 558 €

Figura 6 - Impostos Diretos Locais

No ano de 2024, a receita referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) registou uma diminuição de 2,7%, fixando-se nos 12,189 M€, explicada pela dedução

70€ para os agregados familiares com 2 dependentes a cargo e 140 € para agregados familiares com 3 ou mais dependentes a cargo.

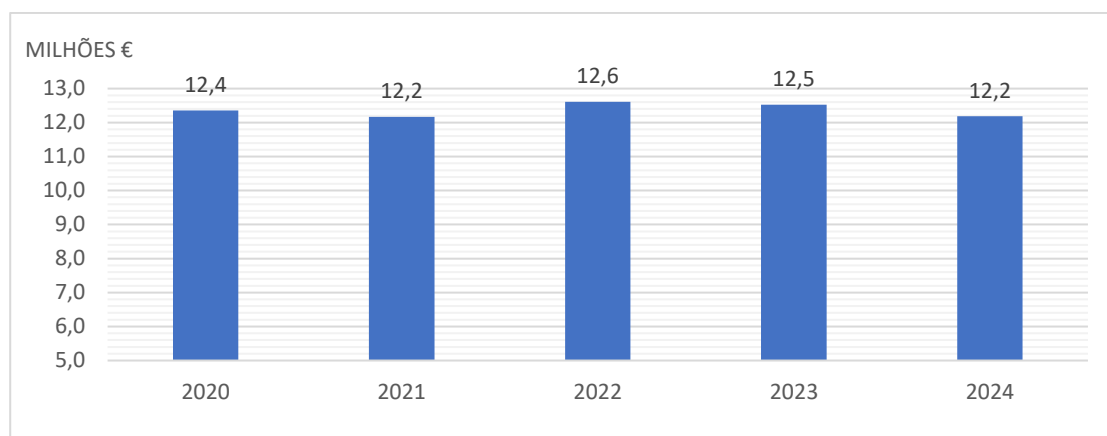


Figura 7 - Evolução do IMI

Relativamente ao Imposto Municipal sobre Transações onerosas (IMT), verifica-se um aumento de 2,4 M€ face ao ano anterior, ascendendo ao valor de 9,2 milhões de euros.

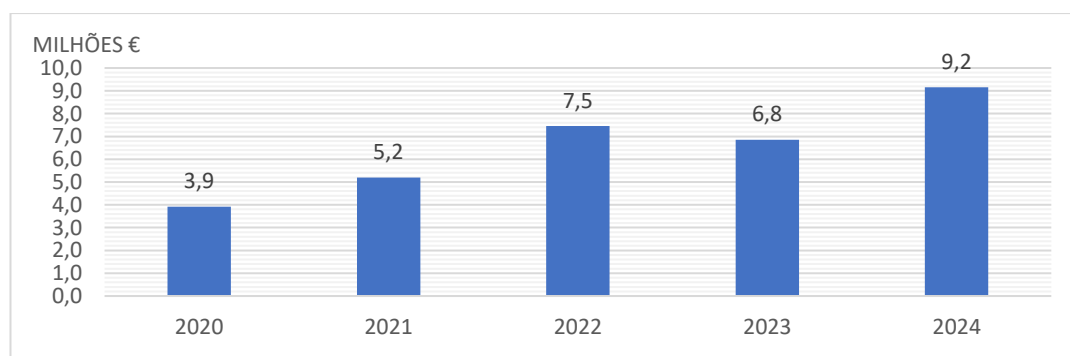


Figura 8 - Evolução IMT

A receita do IUC mantém uma tendência de subida, com uma receita de 2,796 M€ em 2024, representando um aumento de 2,2% comparativamente ao ano anterior.

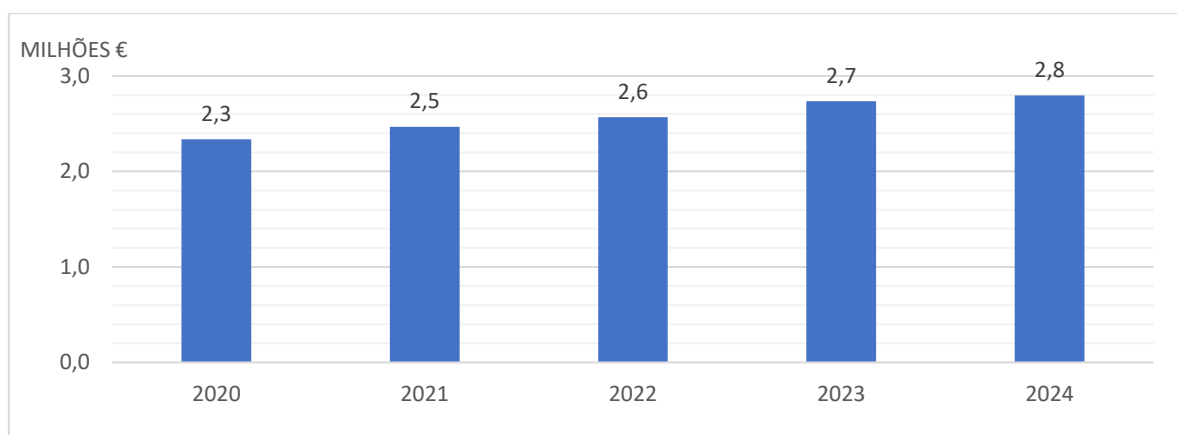


Figura 9 - Evolução do IUC

A receita da Derrama em 2024 foi de 3,645 M€, que face ao período homólogo representa uma quebra de 1,208 M€. De realçar que o município tem mantido a isenção prevista na lei para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150 000,00 €.

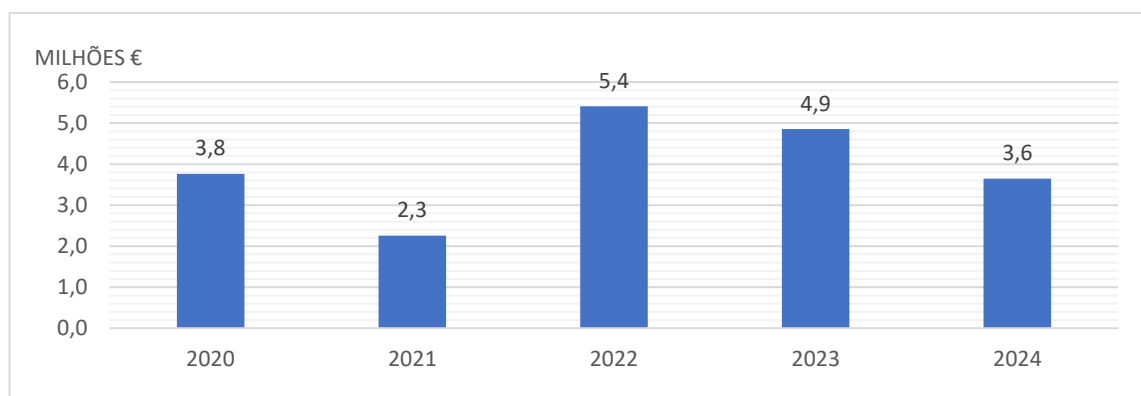


Figura 10 - Evolução da Derrama

No que concerne à evolução de outras receitas próprias verificou-se um aumento na rubrica Taxas e Impostos Indiretos, traduzindo-se numa variação positiva de 42,3%. Em sentido contrário, a rubrica de Venda de Bens e Serviços registou um decréscimo de 1,134 M€.

Outras Receitas Próprias	2020	2021	2022	2023	2024	Unidade: Euro	
						Δ 23/24	%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.279.232	1.415.296	1.435.597	1.864.437	2.653.368	788.931	42,3%
Venda de Bens e Serviços	3.487.828	3.931.632	4.600.881	6.335.820	5.201.962	-1.133.858	-17,9%
Venda de Bens de Investimento	545.022	746.715	531.941	586.856	154.810	-432.046	-73,6%
Total	5.312.082	6.093.644	6.568.418	8.787.113	8.010.140	-776.973	-8,8%

Figura 11 - Outras Receitas Próprias

Despesa

A **Despesa Total Paga** acompanhou a evolução da Receita, ascendendo a **94,125 M€**, representando um **aumento de 18,5%** face ao ano anterior. A despesa corrente registou um aumento de 20,3%, justificado pelo aumento das principais rubricas correntes. Importa referir que a despesa com os encargos financeiros, mais que duplicou face ao ano anterior, refletindo o valor das taxas de juro praticadas em 2024.

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 23 / 24	
						Valor	%
DESPESAS CORRENTES	41.627.076	44.120.552	47.335.886	50.407.435	60.615.626	10.208.191	20,3%
Pessoal	22.406.566	24.280.272	24.851.329	28.385.136	30.863.453	2.478.317	8,7%
Aquisição de Bens e Serviços	12.442.917	12.061.837	13.960.500	13.291.803	17.801.430	4.509.627	33,9%
Transferências Correntes	5.862.000	6.940.776	7.252.576	7.541.220	9.886.719	2.345.499	31,1%
Encargos Financeiros	246.239	183.878	180.060	555.465	1.230.744	675.279	121,6%
Outras Despesas Correntes	669.354	653.789	1.091.422	633.811	833.280	199.468	31,5%
DESPESAS DE CAPITAL	28.493.770	32.148.822	33.205.621	29.000.859	33.509.870	4.509.011	16%
Investimento Direto	14.531.914	17.689.297	20.031.572	16.564.803	17.733.877	1.169.074	7,1%
Transferências Capital	6.293.519	6.511.316	5.443.646	5.117.679	5.670.666	552.987	10,8%
Ativos Financeiros	1.222.408	1.314.753	520.838	472.570	464.667	-7.903	-1,7%
Passivos Financeiros	6.432.298	6.633.455	7.204.565	6.845.807	9.640.660	2.794.853	40,8%
Médio e Longo Prazo (MLP)	3.232.298	3.133.455	3.604.565	2.745.807	4.290.660	1.544.853	56,3%
Curto Pazo (Tesouraria)	3.200.000	3.500.000	3.600.000	4.100.000	5.350.000	1.250.000	30,5%
Outras Despesas Capital	13.630	0	5.000	0	0	0	
TOTAL DESPESAS MUNICIPAIS	70.120.846	76.269.374	80.541.508	79.408.293	94.125.496	14.717.202	18,5%

Figura 12 - Estrutura da Despesa

A Poupança Corrente, embora tenha registado uma diminuição, continua a apresentar valores muito positivos, que, conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários, garantem o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no concelho. Este indicador revela que o Executivo mantém o controlo da despesa corrente, mas sobretudo, garante o equilíbrio orçamental preconizado na Lei das Finanças Locais.

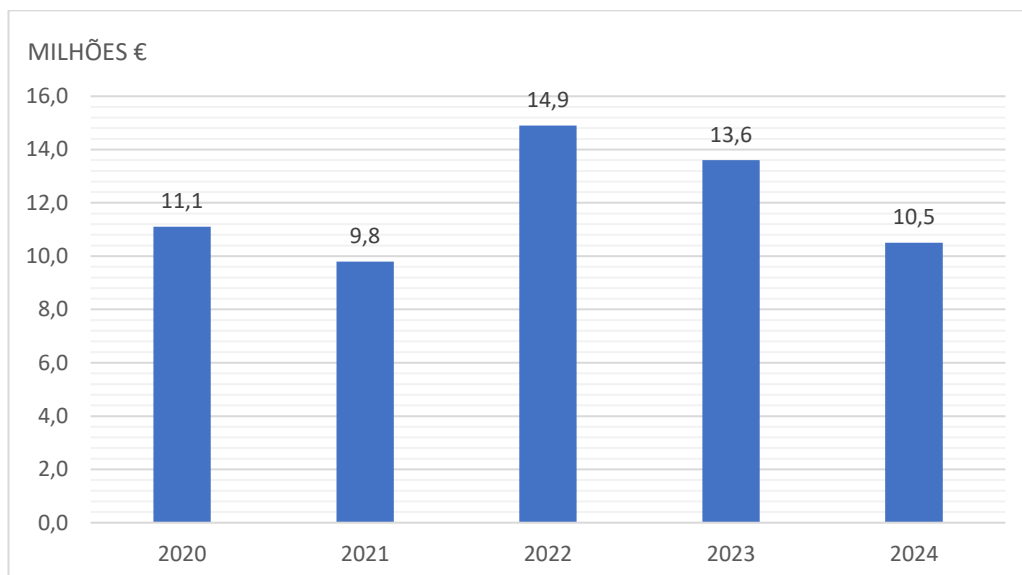


Figura 13 - Evolução da Poupança Corrente

O **Investimento Direto** em 2024 registou o valor de 17,734 M€, representando um aumento face ao ano anterior de 7,1%.

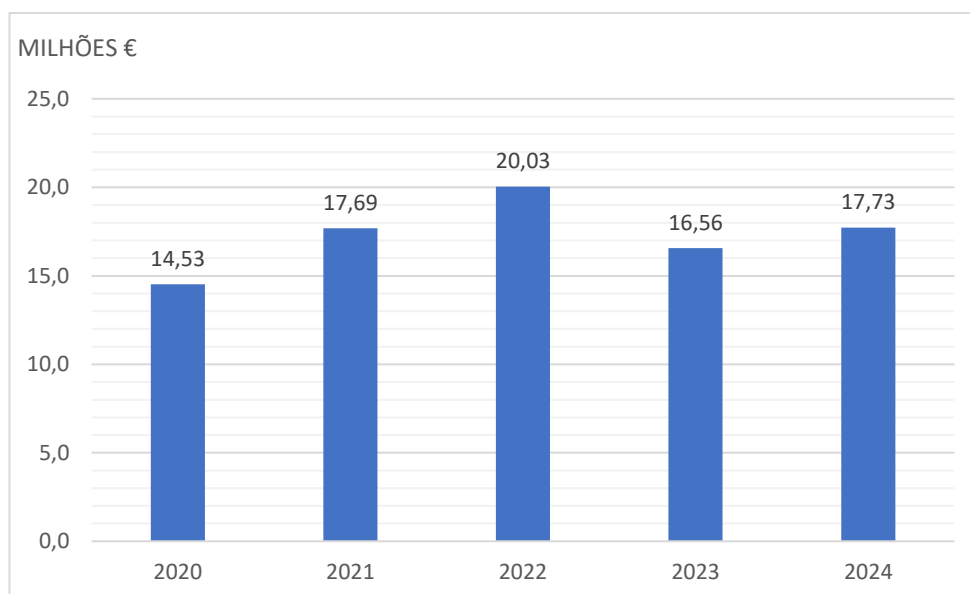


Figura 14 - Investimento Direto

Coesão Territorial

Este Executivo continua a apostar numa política de descentralização e coesão do território, através da valorização da capacidade de gestão e dinamização dos Executivos das nossas Juntas e Uniãos de Freguesia. Em 2024 o valor total transferido para as Freguesias foi de **5,728 M€**, que representa um **aumento de 4,23%** face ao período homólogo.

Os valores transferidos, correntes e capital, demonstram a importância que o Executivo reconhece a todas as Juntas e Uniãos de Freguesias na consecução do objetivo da Coesão Territorial do concelho de Viana do Castelo.

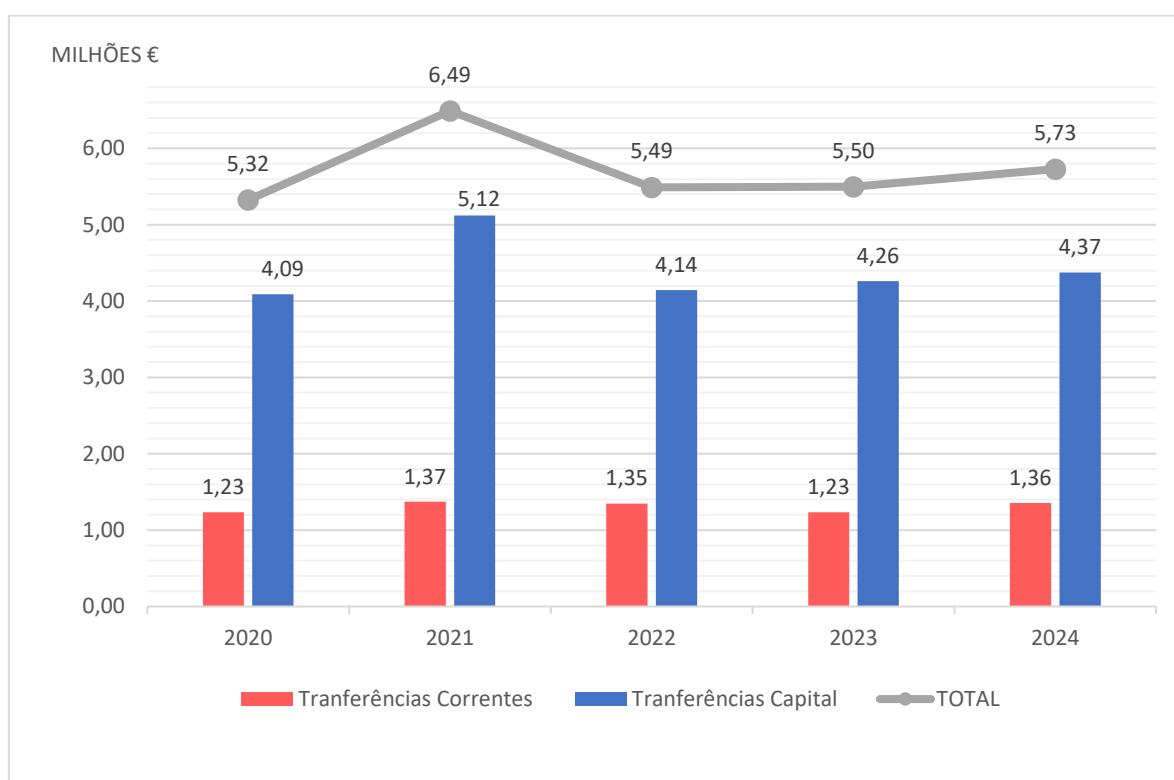


Figura 15 - Transferências Totais para as Juntas e Uniãos de Freguesias

Grandes Opções do Plano

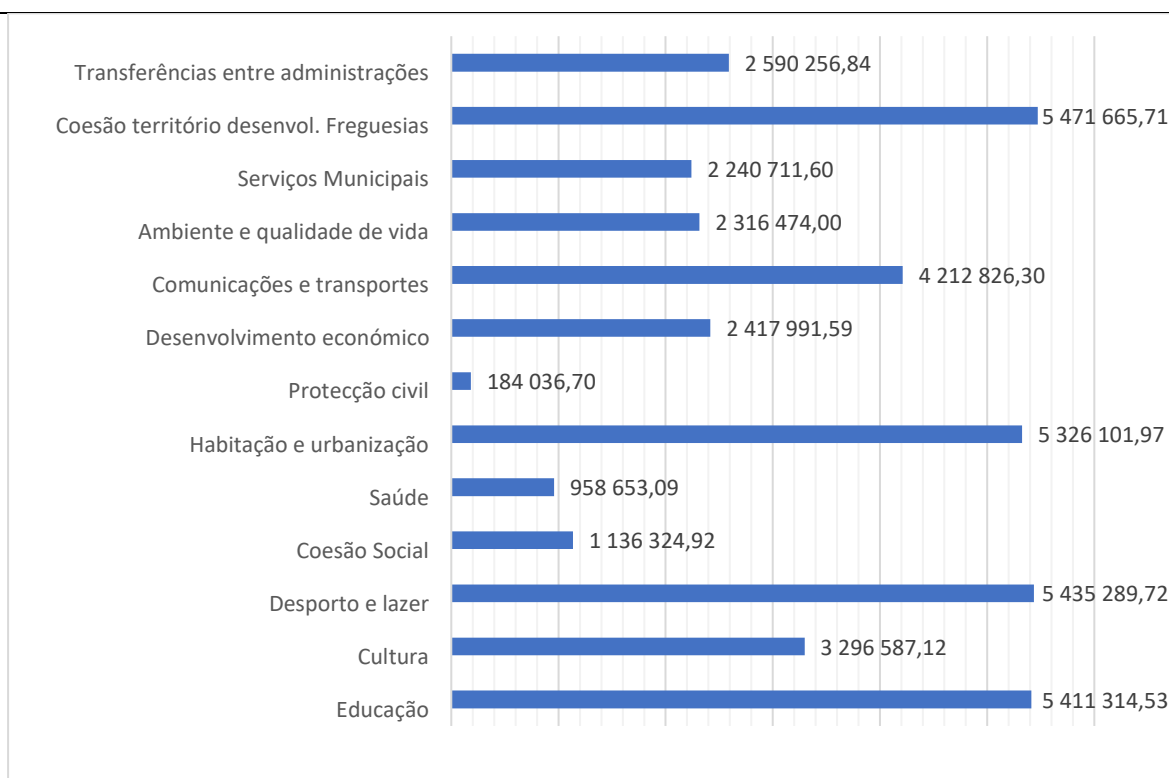


Figura 16 - Execução das GOP 2024 (€)

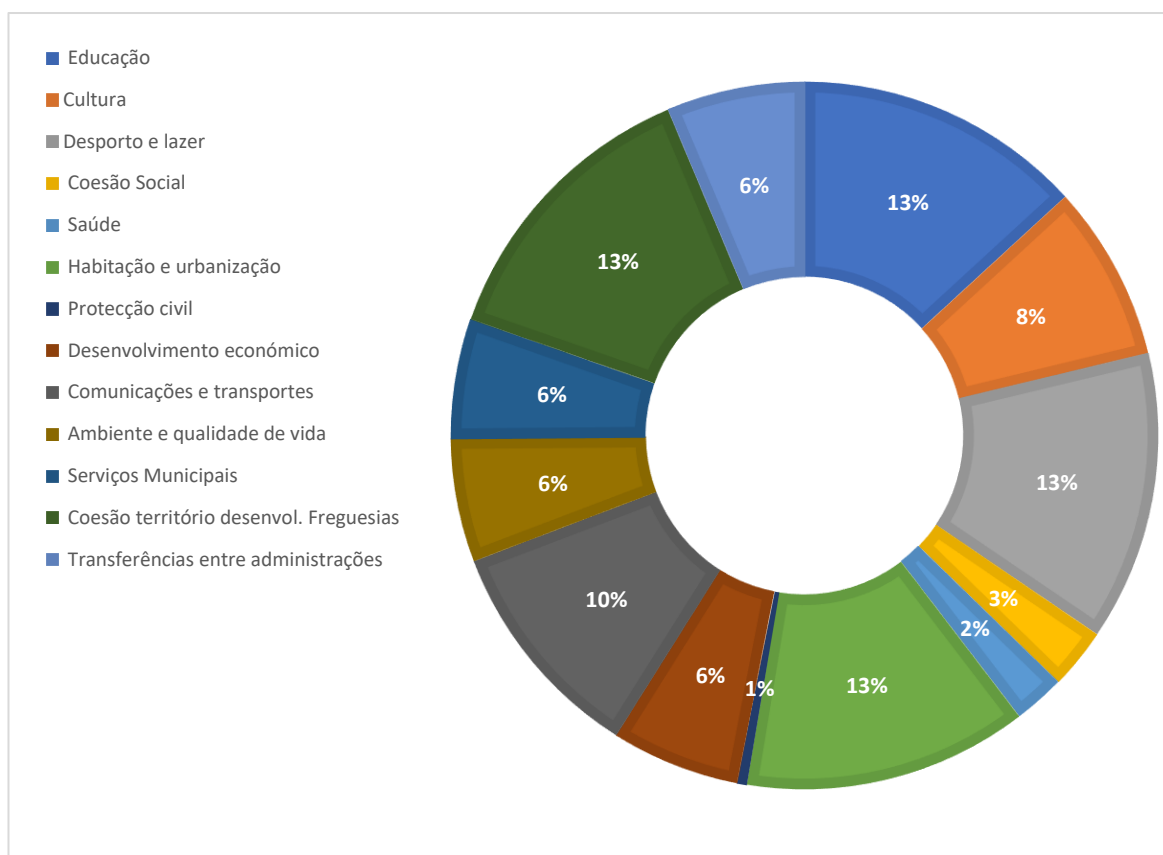


Figura 17 - Execução das GOP 2024 (%)

Da análise do gráfico, verifica-se que as áreas com maior despesa realizada foram as seguintes:

- **Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias**, com uma realização financeira de 5,472 M€, representando **13,3% da despesa total**;
- **Desporto e Tempos Livres**, com uma realização financeira de 5,435 M€, representando **13,3% da despesa total**;
- **Educação**, com uma realização financeira de 5,411 milhões de euros, representando **13,2% da despesa total**;
- **Habitação e Urbanização**, com uma realização financeira de 5,326 milhões de euros, representando **13,0% da despesa total**;
- **Comunicação e transportes**, com uma realização financeira de 4,213 milhões de euros, representando **10,3% da despesa total**;
- **Cultura**, com uma realização financeira de 3,297 milhões de euros, representando **8,0% da despesa total**.

Análise comparativa entre Previsão e Execução

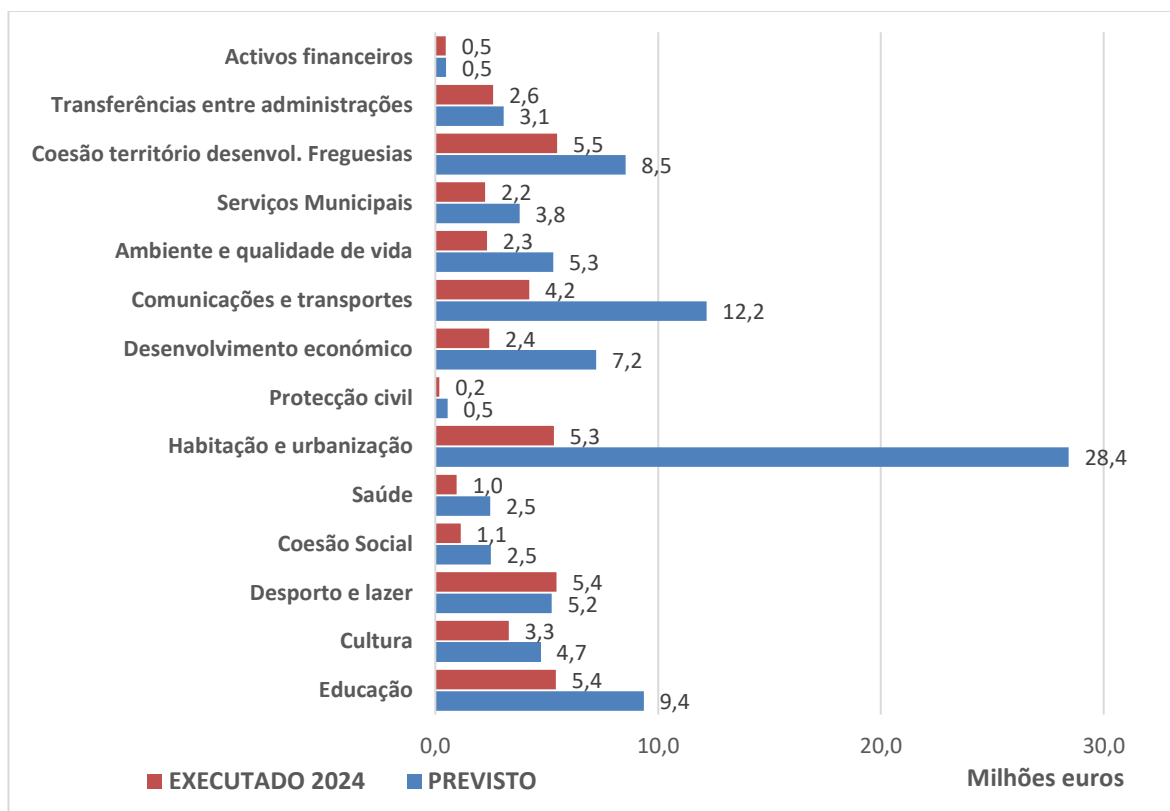


Figura 18 - Resumo de Execução das GOP

Da análise do gráfico anterior podemos concluir que, das quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP, nomeadamente, Habitação e Urbanização, Comunicação e Transportes, Educação e Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias, pelos valores de execução, as quatro mantiveram-se nos quatro primeiros lugares.

Contabilidade Relato Orçamental

RECEITA / DESPESA	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 23 / 24	
						%	Valor
RECEITA TOTAL	70 424 104	76 373 526	80 878 066	79 569 172	95 294 896	19,8%	15 725 724,39
RECEITA EFETIVA	65 275 501	65 390 720	72 386 767	73 254 731	87 784 018	19,8%	14 529 287,28
DESPESA TOTAL	70 120 846	76 269 374	80 541 508	79 408 293	94 125 496	18,5%	14 717 202,09
DESPESA EFETIVA	62 466 139	68 321 165	72 816 105	72 089 916	84 020 169	16,5%	11 930 252,50
DESPESA PRIMÁRIA	62 219 900	68 137 288	72 636 045	71 534 451	82 789 425	15,7%	11 254 973,44
RECEITA EFETIVA CAPITAL	12 505 926	11 497 504	10 126 976	9 261 553	16 640 229	79,7%	7 378 675,73
DESPESA EFETIVA CAPITAL	20 825 433	24 200 614	25 475 219	21 682 481	23 404 543	7,9%	1 722 061,42
SALDOS	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 23 / 24	
						%	Valor
SALDO GLOBAL ou EFETIVO	2 809 361	-2 930 445	-429 337	1 164 814	3 763 849	223,1%	2 599 034,78
SALDO PRIMÁRIO	3 055 601	-2 746 568	-249 278	1 720 279	4 994 593	190,3%	3 274 313,84
SALDO DE CAPITAL	-8 319 507	-12 703 109	-15 348 242	-12 420 928	-6 764 314	-45,5%	5 656 614,31
SALDO CORRENTE	11 142 499	9 772 664	14 923 905	13 585 742	10 528 163	-22,5%	-3 057 579,53

Figura 19 - Indicadores de Contabilidade Orçamental

Resultados

Antes da apresentação e análise dos Resultados Contabilísticos e análise dos Rácios, importa informar e analisar a posição do Município face aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais.

Limites da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro)**Artigo 40.º (Equilíbrio Orçamental)**

“... receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos igual à Despesa corrente acrescida das Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo ...”

Valores do ano 2024				
Receita Corrente Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações médias (EMLP) (3)	Total (4 = 2 + 3)	Margem (5 = 1 - 4)
71 143 788,79 €	60 615 625,90 €	4 290 660,01 €	64 906 285,91 €	6 237 502,88 €

Figura 20 - Valores da Receita e Despesa Corrente em 2024

Artigo 52º (Limite da dívida total)

“... a dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31/12 de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios ...”

Receita Corrente Líquida (CMVC + SMSBVC)			
2022	2023	2024	Média dos 3 últimos Exercícios
66.587.970,35 €	68.960.938,62 €	78.407.277,16 €	71.318.728,71 €
Valores a 31/12/2024			
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores	Limite	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Margem
(1)	(2 = 1 * 1,5)	(3)	(4 = 2 - 3)
71.318.728,71 €	106.978.093,07 €	35.309.638,31 €	71.668.454,76 €

Figura 21 - Receita Corrente Líquida em 2024

RESULTADOS	2024	2023	2022	Δ 23/24
Resultados Antes Depreciações e Gastos de Financiamento	18.109.111,03 €	14.366.127,22 €	12.684.679,81 €	26,05%
Resultados Operacionais	8.653.313,44 €	5.506.248,06 €	4.441.503,09 €	57,15%
Resultado Líquido	7.276.976,27 €	4.741.237,94 €	4.301.507,53 €	53,48%

Figura 22 - Resultados das Depreciações e Resultados Operacionais e Resultado Líquido

Apuramento do Custo das Existências Vendidas e Matérias Consumida

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		133.811 €
Compras		127.480 €
Regularizações de existências		-151.662 €
Existências finais		50.601 €
Custo do exercício		59.028 €

Figura 23 - Movimentos da Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo

Rácios

Indicadores	Rácio	2024	2023	2022
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	84,9%	80,9%	80,8%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	827,7%	618,8%	564,2%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	36,8%	25,3%	42,5%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	36,5%	24,6%	41,9%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	20,0%	12,6%	19,1%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	2,3%	2,0%	1,8%

Figura 24 – Indicadores Financeiros com os respetivos Rácios nos Exercícios de 2022 a 2024

Aplicação de Resultados

Verificando-se que o resultado líquido de 2024 é positivo no montante de 7.276.976,27€, deverá o mesmo ser, nos termos legais aplicáveis, transferido para a conta 56 – Resultados Transitados, propõe-se que o resultado seja repartido da seguinte forma: ♦Reforço de reserva legal no montante de 363.848,81€, correspondente a 5% do resultado transitado; ♦Reforço do património no montante de 1.933.197,68€ até 20% do ativo líquido; ♦ Valor remanescente de 4.979.929,78€ para reservas livres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, diariamente, se dedicaram ao serviço coletivo e construção de comunidade, em particular, aos colaboradores do Município que continuam a demonstrar uma entrega e um compromisso inigualável, permitindo que a Câmara Municipal tenha continuado a apresentar enorme resiliência, demonstração de eficiência, de excelência, de adaptabilidade e perseverança, sendo o garante, por mais um ano, do cumprimento da Visão, Missão e Valores estabelecidos nas Agendas 2030 da Inovação e para a Economia do Mar. O contínuo compromisso com a sustentabilidade, transversal a todos os domínios da ação da Câmara Municipal, com uma estratégia coerente e ambiciosa na materialização da política económica e orçamental, garantiu uma gestão financeira rigorosa e assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades para as atuais e futuras gerações. Nesse sentido, a Sustentabilidade continuou a estar no centro da gestão do Executivo, assegurando o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Agradeço aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados, que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. É admirável ver o vosso compromisso com a Missão, incansáveis para atender às necessidades da comunidade e garantir o bem-estar de todos nós. O vosso esforço e empenho não passam despercebidos e são verdadeiramente valorizados por todos nós. A adoção de uma postura de ação neutra e orientada por dados técnicos e indicadores de desempenho tem facilitado a construção e implementação de políticas públicas sólidas e que respeitam a diversidade, contribuindo, deste modo, para a redução das desigualdades e o fortalecimento da coesão social no concelho. Reforço a importância da flexibilidade e da adaptabilidade das estruturas técnicas, administrativas e operacionais que tem permitido responder ao contexto exigente que vivemos e às transformações políticas, sociais, culturais e económicas, com destaque para as ações que possibilitaram a modernização dos serviços do Município e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, a importância de monitorização contínua dos resultados e da implementação

de mecanismos de avaliação que possibilitem ajustes rápidos e precisos, serão indispensáveis para garantir a continuidade e a eficácia das reformas e opções atuais e futuras a implementar, bem como contribuirão para a fixação de referências e boas práticas, por meio de relatórios e recomendações, que deverão ser garantidos e alicerçados de forma ética e eficiente. A contínua busca por melhorias e a integração entre os níveis da estrutura municipal são imperativos para a construção de um sistema público robusto, capaz de responder de maneira ágil e eficaz aos desafios de um mundo globalizado e altamente dinâmico. Depende e continuará a depender de vós, obrigado! Sei que nem sempre é fácil lidar com os desafios e obstáculos que surgem no dia a dia, mas é justamente a vossa determinação e dedicação que fazem a diferença e geram um impacto positivo nas nossas vidas. Enalteço o vosso árduo trabalho, perseverança e compromisso com a excelência. Expresso a minha profunda gratidão pela vossa dedicação ao serviço público e à sua melhoria. Obrigado pelo vosso profissionalismo, zelo e dedicação, fundamentais para o funcionamento da sociedade e para a construção de um futuro melhor para todos! Ao Executivo, à Assembleia Municipal, a todos os serviços descentralizados do Estado, agentes económicos, culturais, desportivos e sociais, às comunidades escolar, saúde e social, aos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia e aos muitos cidadãos voluntários pela dedicação e trabalho diário. Muito obrigado pela vossa dedicação incansável! Viana do Castelo tem como meta a sua própria superação, contando para este desiderato com a iniciativa, o dinamismo e o compromisso de todos os agentes desta estrutura maior do Governança Local. (a) Luís Nobre.”. e “ O ano de 2024 representou um marco de consolidação e crescimento para os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) numa trajetória contínua de melhoria e inovação. Mantivemos o nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a qualidade do serviço público e a valorização das pessoas – pilares que sustentam a nossa organização. A nível operacional destacamos o reforço das ações de limpeza urbana, a recolha seletiva de resíduos e a aposta em serviços de proximidade. No que respeita às competências dos SMVC, nomeadamente na limpeza urbana, registamos uma evolução significativa, refletindo o compromisso dos SMVC com a melhoria contínua da qualidade do espaço público da cidade através do reforço das equipas operacionais, da otimização de rotas e da abrangência da área de intervenção. Diariamente os SMVC asseguram fiscalização e a limpeza regular das ruas, praças, ribeiros e zonas industriais. Esta fiscalização é o primeiro passo para a sensibilização e educação ambiental dos cidadãos. Alcançamos um desejo do passado com a aquisição de um aspirador elétrico de resíduos urbanos, um investimento que veio aumentar a eficiência e a eficácia das operações em zonas pedonais e áreas de maior sensibilidade urbana, promovendo uma atuação mais sustentável, silenciosa e amiga do ambiente, assim como uma melhoria significativa nas condições diárias de trabalho dos trabalhadores que desempenham estas funções. A produção total de resíduos urbanos

registrou um ligeiro aumento, justificado com a dinâmica social, cultural e populacional do concelho, que cresceu neste último ano. Apesar disso, conseguimos manter uma gestão eficiente dos resíduos indiferenciados, assegurando um serviço de recolha robusto e eficaz, com uma média semanal de 651 toneladas. A gestão e valorização dos biorresíduos atingiu em 2024 resultados históricos, recolhemos 1.699,98 toneladas, refletindo o empenho das nossas equipas no terreno, a adesão crescente dos cidadãos e o impacto das campanhas de sensibilização, especialmente junto da comunidade escolar. Em números, apesar da produção de resíduos urbanos ter sofrido um ligeiro incremento em 2024 (+ 1,78 %), verificamos uma ligeira redução de -0,4 % na produção de resíduos urbanos indiferenciados (RI), quando comparado com o ano 2023, equivalente a cerca de menos 132 toneladas. O interior da organização assume um papel preponderante na gestão diária e nos resultados obtidos, por isso, um dos maiores objetivos dos últimos anos está a concretizar-se, nomeadamente a nível da estabilidade laboral. Reduzir a dependência do recurso ao trabalho temporário foi um objetivo traçado e um objetivo alcançado, reforçando assim o nosso compromisso com a formação contínua, a segurança no trabalho e a dignificação das condições laborais. Importante referir que a entrada de um Diretor Delegado no início de 2024, marcou uma nova etapa de profissionalização da estrutura organizativa, esses resultados começam a ser visíveis ao final destes 16 meses de trabalho intenso. Reforçamos a nossa ação no litoral do concelho, assumindo ainda com mais dedicação e compromisso a limpeza e valorização ambiental das praias balneares, dos passadiços e da ecovia litoral ao longo dos 24 km de linha de costa. Este trabalho traduziu-se na limpeza diária de resíduos, manutenção de balneários e sanitários durante a época balnear, recolha de algas e conservação das infraestruturas de apoio, como passadiços e mobiliário urbano. Este trabalho é garantido por uma equipa composta por operacionais em permanência nas praias, só assim é possível garantir os elevados padrões de limpeza e higiene, fundamentais para contribuir não só para a preservação ambiental, mas também para a valorização turística e o bem-estar dos cidadãos e visitantes de Viana do Castelo. Evoluímos no campo da educação e sensibilização ambiental com novos projetos como a dinamização de ações com um impacto direto vida dos cidadãos, exemplo disso é o ciclo de workshops “Zero Desperdício, 100% Energia”, assim como outras iniciativas em contexto escolar, promovendo hábitos mais conscientes desde a infância. No plano financeiro enfrentámos um cenário exigente, com custos de deposição de resíduos que entre 2020 e 2024 cresceram cerca de 2220%, este crescimento refletiu-se diretamente nas despesas mensais dos SMVC, não sendo possível a receita acompanhar esta subida exponencial da tarifa da RESULIMA. É neste aspeto que trabalhamos neste momento para encontrar soluções para que a receita consiga acompanhar a despesa mensal da organização. Isto só será possível com uma reorganização contabilística que será composta por medidas concretas para alcançar o reforço da receita e a regularização de situações pendentes. O

apoio e parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo é essencial para conseguirmos manter a sustentabilidade do sistema, minimizando o impacto tarifário para os utilizadores. A comunicação com os cidadãos foi central na nossa estratégia, observando-se uma melhoria significativa neste campo, quer nas redes sociais quer na comunicação direta com os cidadãos onde nenhuma reclamação ou proposta recebida fica sem resposta. Terminamos 2024 em grande com a notícia de que os SMVC iam receber o Selo URBACT Boas Práticas pelo projeto “Viana Abraça”, este reconhecimento europeu reafirma o nosso trabalho e visão estratégica e é um incentivo para aqueles que diariamente trabalham em prol dos SMVC. Este relatório espelha o empenho, a dedicação e a competência das nossas equipas e por isso, em nome de todo o Conselho de Administração, a todos os colaboradores, o nosso mais profundo agradecimento. Em 2024 afirmámos a capacidade dos SMVC de responder com eficácia aos desafios, inovando e melhorando os serviços prestados, não tendo receio de evoluir e sobretudo mantendo a essência de serviço público que nos orienta todos os dias. Continuaremos a trabalhar por uma cidade mais limpa, verde e que nos convida a visitar e a ficar. (a Carlota Borges”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com cinco votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego e Fabíola Oliveira, três votos contra dos Vereadores Paulo Vale, Eduardo Teixeira e Hugo Meira e a abstenção da Vereadora Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presente a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- “DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU – No momento da votação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024, a CDU alertou para as possíveis consequências decorrentes da distribuição orçamental proposta pelo executivo do PS, destacando que algumas rubricas poderiam não ser concretizadas. Infelizmente, os resultados confirmam as nossas

preocupações. Ano após ano, o orçamento é apresentado como o maior de sempre, mas a taxa de execução continua a diminuir. Este documento, embora político, reflete as opções tomadas pelo executivo em maioria, neste caso, o PS. Na fase de apresentação do orçamento, trata-se de um conjunto de intenções que, desde então, não acompanhámos, por não convergirmos nas prioridades estabelecidas para o Município e para os seus munícipes. Para a CDU, a habitação é uma questão central, essencial para a dignidade humana. O acesso e a descentralização da cultura, a educação e a saúde são igualmente fundamentais. A verdadeira coesão territorial entre cidade e freguesias é necessária para um desenvolvimento equilibrado e para combater desigualdades. É preciso mais objetividade e menos irrealismo, trabalhando para resultados concretos e não para propaganda. Temos alertado para a ausência de uma política com estratégia a médio e longo prazo, capaz de responder aos problemas persistentes na vida dos vianenses. Na apresentação do PAO de 2024, referimos que as Grandes Opções do Plano (GOP) apresentadas demonstravam pouca visão estratégica e continuidade do mesmo, com promessas repetidas ano após ano. Os resultados agora apresentados confirmam essa avaliação. **Coesão Social** - Contrariando a previsão de um "ano desafiante", verificamos um estado paliativo na coesão social. Do previsto (2,5 milhões de euros), apenas 1,1 milhão foi efetivamente executado. **Cultura** - A cultura, um dos nove eixos da proposta eleitoral do PS para este mandato, corre o risco de perder relevância. Dos 5 milhões de euros previstos, apenas cerca de 3,3 milhões foram concretizados, ficando aquém do esperado. **Habitação e Urbanização** - O direito à habitação é essencial para garantir uma vida digna. Apesar de ser apresentada como uma aposta pelo executivo, a execução ficou aquém do desejado. Dos cerca de 28 milhões de euros projetados, pouco mais de 5 milhões foram concretizados. Questionamos a evolução de medidas previstas, como o programa "1º Direito", e a falta de evidências do planeado perante tais resultados. **Coesão Territorial e Desenvolvimento das Freguesias** - Esta área foi projetada com 8,5 milhões de euros, mas a execução ficou próxima de 5,5 milhões. Esta discrepância levanta questões sobre a real prioridade dada às freguesias e às competências transferidas. **Comunicações e Transportes** - Projetado com cerca de 12 milhões de euros, este setor ficou-se pelos 4 milhões, passando de segunda para quinta prioridade no relatório de contas. **Ambiente e Qualidade de Vida** - De uma projeção de investimento de cerca de 5,5 milhões de euros, apenas 2,3 milhões foram concretizados. Defendemos que o ambiente deve ser interpretado de forma integrada e sustentável, como referido no PAO de 2024 da Câmara Municipal. As opções apresentadas pelo executivo do PS já não evidenciavam, no PAO de 2024, uma estratégia de desenvolvimento global. Como referiu a Vereadora da CDU na sua declaração de voto referente ao PAO de 2024: "No documento não é possível perceber qual estratégia de desenvolvimento global, parece-nos que não há uma visão de projeção para um futuro mais próximo, mas apenas medidas de gestão corrente que ao longo do ano, consoante o gosto, contratempos e sugestões, sofrerão as habituais alterações orçamentais". A taxa de execução orçamental continua a diminuir, passando de 78% para 70%, o que demonstra um decréscimo contínuo, para além disso e não menos importante e preocupante as GOPS só foram executadas em 44%, o que demonstram a ineficácia e o irrealismo do PAO de 2024. **Conclusão** - A análise do Relatório de Contas de 2024 evidencia uma discrepância significativa entre as intenções orçamentais apresentadas e a sua efetiva concretização. Áreas fundamentais como habitação, coesão social, cultura, ambiente e desenvolvimento das freguesias registaram taxas de execução

alguém do previsto, comprometendo a resposta às necessidades dos munícipes. A CDU reafirma o seu compromisso com uma gestão autárquica centrada nas pessoas, defendendo: **Habitação digna e acessível:** Implementação de programas públicos de habitação que garantam o direito a uma habitação condigna para todos. **Coesão territorial:** Promoção de um desenvolvimento equilibrado entre a cidade e as freguesias, assegurando que todas as áreas do município beneficiem equitativamente dos investimentos públicos. **Participação democrática:** Fomento da participação ativa dos cidadãos na definição das políticas locais, através de mecanismos de consulta e envolvimento direto nas decisões autárquicas. **Transparência e rigor na gestão:** Compromisso com uma gestão financeira transparente, com orçamentos realistas e executáveis, e prestação de contas regular à população. **Valorização dos serviços públicos:** Reforço dos serviços públicos locais, garantindo o acesso universal e de qualidade à educação, saúde, cultura e coesão social. A CDU continuará a trabalhar para que as políticas autárquicas reflitam efetivamente as necessidades e aspirações da população, promovendo uma gestão que priorize o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável do concelho. Assim, e por toda a exposição apresentada, a CDU abstêm-se. (a) Cláudia Marinho.”. “DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP – No que se refere à análise do documento proposto é importante salientar que não pode ser analisado de uma forma isolada sem que se faça a sua conexão com o Orçamento municipal ao qual se refere, e quando o fazemos verificamos que a taxa de execução orçamental foi a mais baixa desde 2020, efetivamente a taxa de execução tem vindo a cair durante os anos sucessivos deste mandato, chegando aos 70.1% em 2024, valor que seria agravado para 64% caso não tivessem sido efetuadas duas retificações em baixa durante o exercício. Entendemos que um orçamento é um documento de previsão, e como tal não será cem por cento exato, no entanto uma taxa de execução de apenas 64% demonstra ou incapacidade de cumprir o proposto ou criação de expectativas nos Vianenses às quais sabem que não irão corresponder. A diferença entre os orçamentos inicialmente previstos e a execução efetiva dos investimentos levanta sérias questões sobre a viabilidade das metas orçamentárias e a transparência no planeamento. Em nossa avaliação, essa prática cria uma falsa impressão de capacidade de investimento, comprometendo a confiança dos cidadãos nas instituições locais. Temos que concordar 2024 foi realmente um ano em que a receita aumentou, situando-se segundo o mesmo em 15,7 M de euros acima do valor de 2023 passando de 79,6M de euros para 95.3M de euros, valor este que havia de ter-se repercutido nos “bolsos” dos Vianenses, o que efetivamente não se verificou. Este maior encaixe financeiro poderia ter significado também a redução o IMI (não apenas aos agregados com dois ou mais dependentes, mas sim a todos os habitantes de Viana do Castelo) devolução do IRS (no limite legal do permitido por lei), a redução dos prazos de pagamento a fornecedores que muitas das vezes sofrem constrangimentos de tesouraria em resultado dos prazos de pagamento do Município e o recuo da taxa turística à qual nos opusemos. O CDS bateu-se sempre, desde o início deste mandato, pela adoção destas medidas, as quais tornariam Viana um Município mais competitivo, mais atrativo, mais agradável para quem cá vive, trabalha ou

visita. Outro ponto que não poderíamos deixar sem análise é a discrepância entre o que foi planeado para a coesão territorial e o que foi efetivamente transferido, discrepância esta que compromete o desenvolvimento das nossas freguesias de uma forma sustentada e de acordo com as reais necessidades dos mais diversos territórios. Para terminar gostaríamos de salientar a nossa preocupação com o aumento elevado com a rubrica custos com o pessoal, entendemos que os aumentos foram justos e merecidos, apenas gostaríamos de alertar para preocupações quanto à sustentabilidade financeira do município, restringindo sua capacidade de investimento futuro com recursos próprios e tornando-o cada vez mais dependente de financiamentos externos, pois esta rubrica consome mais de um terço do orçamento municipal. Por todas estas razões e por muitas outras que poderíamos elencar, mas principalmente pela razão de que não seriam estas as nossas opções de investimento, não podemos votar conscientemente de forma favorável este relatório de atividades. O CDS vota contra. (a) Hugo Meira.” “DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD –Na sequência reunião de 23 de abril de 2025 da Camara Municipal de Viana do Castelo e relativamente à apreciação do ponto n.º 2º da Ordem de Trabalhos (OT) – **Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de contas 2024 – CMVC e SMCV**, tratando-se do último documento de avaliação da atividade do executivo neste mandato, consideramos que, para além da necessária análise técnica aos dados apresentados, é também oportuno e essencial realizar uma avaliação política dos últimos exercícios municipais. Este é o momento de fazer um balanço global das opções tomadas, da coerência entre os compromissos assumidos e as ações concretizadas, bem como do impacto real das políticas implementadas na vida das pessoas e no desenvolvimento do concelho. A leitura política deste ciclo autárquico deve, por isso, acompanhar a análise técnica, sob pena de se perder a dimensão mais relevante da prestação de contas: a responsabilidade perante os cidadãos. Nesse sentido e considerando que: 1- O Relatório de Atividades e Prestação de Contas de um Município é uma ferramenta essencial para a boa governança, que deverá promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, pelo que não poderá ser dissociado do respetivo Orçamento que reflete as prioridades e as metas do Município, definindo como os recursos públicos serão alocados. Logo o orçamento, o relatório de atividades e a prestação de contas estão interligados e associados a um ciclo de planeamento, essa relação é crucial para garantir uma gestão pública eficiente, transparente e responsável, que atenda às necessidades da população e promova o desenvolvimento do Município. 2- O Orçamento deve ser um instrumento rigoroso de gestão assente num elevado grau de previsibilidade quer das receitas quer das despesas, tendo o executivo camarário apresentado aos Vianenses, para o exercício de 2024, **um orçamento com um valor global de 157.315.484,80€**, correspondendo a 147.137.202,93€ para a CMVC e 10.178.271,87€ para os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC).

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2024

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	73.430.713,51	Correntes	65.866.846,39
De capital	73.706.489,42	De capital	81.270.356,54
Outras			
Total	147.137.202,93	Total	147.137.202,93
Serviços Municipalizados	10.178.271,87	Serviços Municipalizados	10.178.271,87
Total Geral	157.315.484,80	Total Geral	157.315.484,80

Fonte: PAO_CMVC_2024

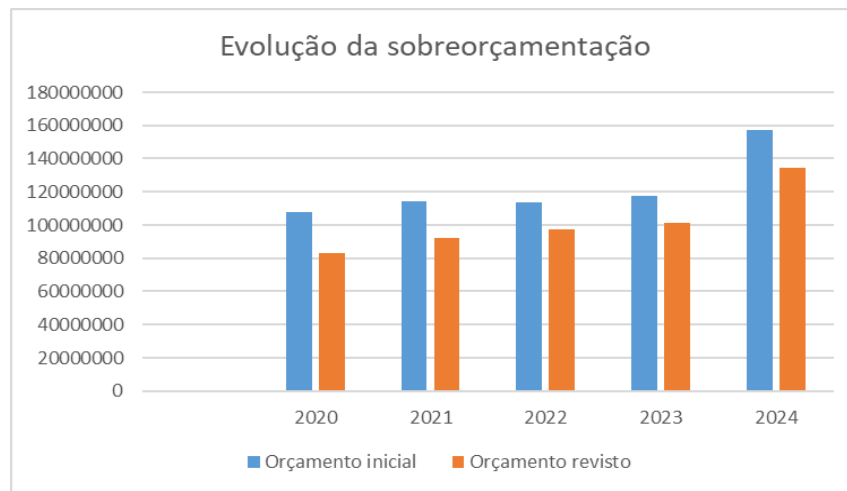
3 – No ano de 2024 foram aprovadas duas revisões orçamentais em baixa, em 11 de junho de 2024 foi efetuada a primeira revisão orçamental no montante de **2.227.295,99€** e em reunião extraordinária de oito de outubro de 2024, foi aprovada a segunda revisão no valor de **10.096.783,01€**, representou na prática um desvio orçamental negativo de 9%, na medida em que foram reduzidos os objetivos iniciais propostos e aprovados em Assembleia Municipal.

Orçamento inicial	147 137 202,93	
1ª Revisão em Baixa	2 227 295,99	2%
2ª Revisão em baixa	10 628 192,64	7%
Revisões	12 855 488,63	9%
Final	134 281 714,30	

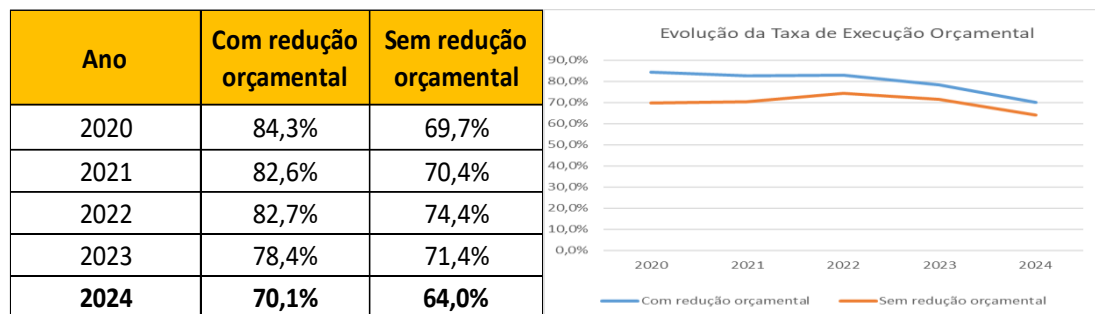
De salientar que estas revisões em baixa, além de permitirem acomodar as exigências e orientações do Tribunal de Contas, também corrigiram situações que resultaram de imponderáveis tendo sido ajustada a execução à realidade no tempo e no modo, contrariando assim, o *“modus operandi”* que vinha sendo adotado nos últimos anos com sucessivas revisões orçamentais em baixa evidenciando um planeamento orçamental deficiente associado a uma redução orçamental a quinze dias do fecho do exercício, servindo apenas para camuflar os níveis de execução do orçamento.

Ano	Orçamento inicial CMVC	Orçamento inicial SMVC	Total	Data da Revisão	Valor do Orçamento depois de revisto
2020	100 599 451,24	6 871 200,00	107 470 651,24	26/11/2020	83 214 200,38
2021	108 286 970,91	5 931 224,00	114 218 194,91	14/12/2021	92 293 142,97
2022	108 278 482,11	5 258 670,00	113 537 152,11	09/12/2022	97 347 421,18
2023	111 177 789,71	6 692 778,48	117 870 568,19	12/12/2023	101 293 157,71
2024	147 137 202,93	10 178 271,87	157 315 474,80	08/10/2024	134 281 714,30

O Orçamento e o seu grau de execução perante a prestação de contas são um importante instrumento de avaliação da capacidade técnica e política do executivo, se ao nível técnico é recomendável uma revisão orçamental quando se verificam os desvios por imponderáveis e causas justificadas, já ao nível político revela uma fragilidade da gestão do executivo municipal na medida em indica uma insuficiência de rigor na previsão orçamental ou falta de realismo orçamental.



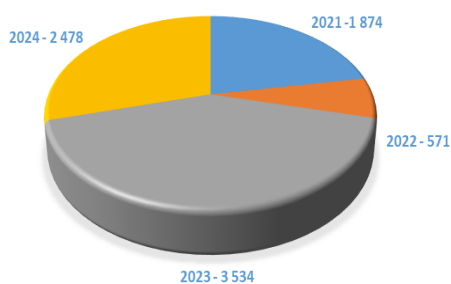
4- A taxa de execução orçamental é um indicador que mede o grau em que um orçamento foi efetivamente executado em relação ao que foi inicialmente previsto, permitindo avaliar a eficiência e a eficácia da gestão financeira do Município, nesse sentido importa avaliar a sua evolução de forma a aferir a transparência da administração e a capacidade de atender às necessidades dos Vianenses.



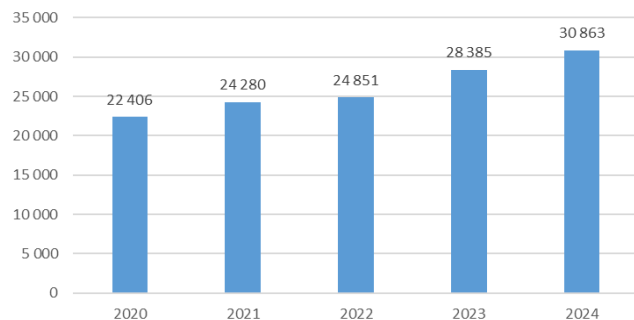
Neste ponto da ordem de trabalhos somos chamados a apreciar o Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Camara Municipal de Viana do Castelo relativamente ao ano de 2024, contudo, os valores foram apresentados numa base comparativa com os exercícios anteriores, podendo facilmente aferir-se a evolução das várias rubricas ao longo dos anos, nesse sentido, importa referir o seguinte: **Receitas correntes** – Valores que a autarquia recebe regularmente destinados a financiar as despesas do funcionamento diário, como salários, fornecimentos e serviços etc. Nesta rubrica importa salientar a subida na arrecadação de impostos em 3,2% relativamente a 2023, no entanto, relativamente ao início do mandato verifica-se um crescimento sustentado ao longo dos anos, **o que evidencia a existência de margem para poder baixar impostos nomeadamente ao nível do IMI** (Imposto Municipal sobre Imóveis) que tem mantido uma receita estável ao longo dos anos, mesmo com a implementações das deduções fiscais às famílias mais numerosas, como se pode verificar no gráfico da Fig. 7 do relatório. Nesta rubrica também é de salientar o crescimento das Transferências Correntes, que incide essencialmente sobre as transferências do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e participações nos impostos do Estado, que aumentou 13,7% relativamente a 2023, mas também aqui se tem verificado um crescimento gradual destas transferências ao longo dos últimos exercícios. De notar que o valor do FEF atribuído a cada autarquia está relacionado com a sua capacidade fiscal, ou seja, com o potencial de arrecadação de impostos, **logo, com o amento deste valor também aumenta a margem para aliviar a carga fiscal sobre as famílias, concretamente com a diminuição da taxa municipal de IRS, funcionando como medida de política local de apoio aos residentes.** **Receitas de capital** – Resultam de

operações não recorrentes e tem como principal objetivo financiar investimentos e são fundamentais para a execução de projetos estruturantes, como seria de esperar o maior aumento incidu sobre as Transferências de Capital, ou seja, fundos recebidos para investimento, como os Fundos Europeus (PRR Portugal 2030), transferências do Estado com destino específico para obras ou equipamentos e acordos com outras entidades publicas. As Transferências de Capital configuram uma receita não recorrente, cujo seu crescimento se explica com o maior aumento das transferências e participações comunitárias para projetos estruturantes que, em grande medida, decorrem das oportunidades promovidas também pelo Governo Central, neste âmbito, o Município de Viana do Castelo foi beneficiado por duas grandes obras já programadas mesmo antes do início do mandato e que só em 2024 iniciaram a sua construção – A nova travessia sobre o Rio Lima e o novo acesso rodoviário da Zona Industrial do Vale do Neiva, registando uma subida significativa com a receita proveniente dos fundos comunitários como reflete o gráfico da Fig. 5 do relatório. **Despesas correntes** – Configuram os gastos necessários ao funcionamento diário dos serviços municipais, manutenção e gestão das atividades correntes do município, onde sobressaem as despesas com pessoal com um crescimento 8,7% relativamente a 2023, prosseguindo uma tendência de aumento contínuo que se verifica desde o início do mandato. Em termos absolutos, este crescimento representa um acréscimo de 6,583 milhões de euros, o que constitui um peso significativo nas contas municipais. Este aumento contribui para o agravamento das despesas correntes, reduzindo a margem de manobra financeira do município e comprometendo a sua capacidade de investimento com recursos próprios. Esta evolução deve ser analisada com atenção, pois levanta sérias preocupações quanto à sustentabilidade orçamental futura.

AUMENTO DOS CUSTOS COM PESSOAL

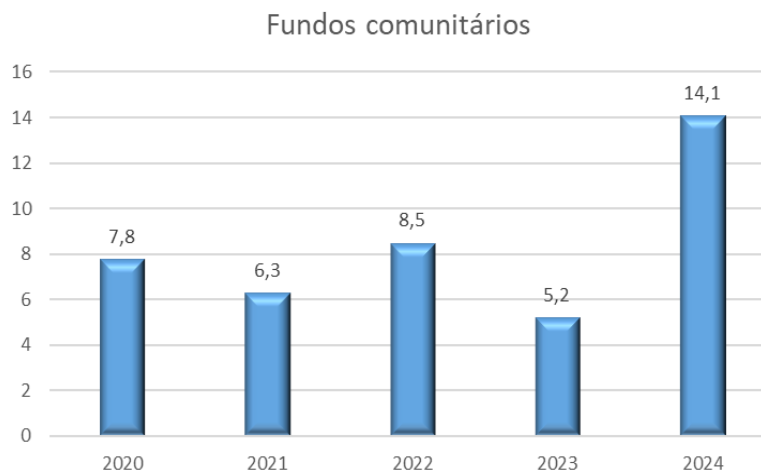


Evolução dos Custos com Pessoal



A rubrica aquisição de Bens e Serviços (Energia, combustíveis e manutenção) também sofreu um aumento de 33,9% relativamente a 2023, verificando-se um desvio significativo relativamente à média dos exercícios anteriores. **Despesas de capital** – Gastos relacionados com investimentos e aquisição de bens duradouros, com um investimento direto ligeiramente superior a 2023, mas muito inferior a 2022, verificando-se um investimento direto semelhante ao atingido em 2021 no início do mandato, registando uma componente elevada na rubrica de Passivos Financeiros com um aumento de 40,8% relativamente a 2023. **Poupança corrente** – Traduz-se na capacidade do Município em gerar recursos próprios para investimento ou amortização da dívida sem recorrer a financiamento externo, faculdade que tem vindo a diminuir desde 2022 (conforme Gráfico da Fig.13), fixando-se agora em 10,5 M€, sendo este um valor crucial para avaliar a saúde financeira do Município e a sua capacidade de investir com recursos próprios. Caso não existissem receitas provenientes dos fundos

comunitários a capacidade de investimento do Município ficaria muito limitada o que evidencia uma dependência elevada dos fundos comunitários.



Coesão territorial – Refere-se à redução das desigualdades entre os territórios dentro do Concelho, promovendo um desenvolvimento equilibrado e harmonioso em todo o território municipal, nesse sentido era necessário aumentar o esforço da Camara Municipal relativamente às transferências para as Freguesias, conforme se verifica através da leitura do gráfico da fig. 15 do relatório, os valores das transferências totais tem-se mantido praticamente inalterados e ainda não superaram os valores mais elevados atingidos em 2021.

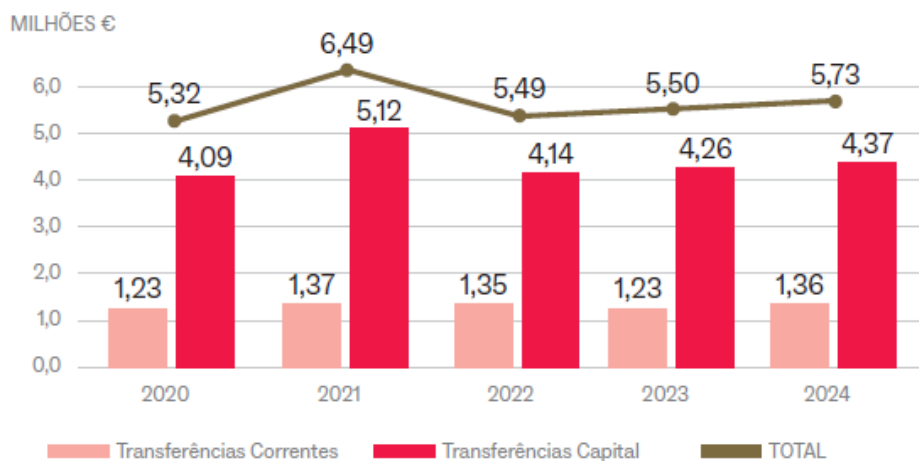


Figura 15 - Transferências Totais para as Juntas e Uniões de Freguesias

Na análise comparativa entre os valores orçamentados e a sua execução, continua a manter-se uma disparidade enorme em algumas das Grandes Opções do Plano (GOP), nomeadamente a Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias, com um desvio face ao orçamento de -3 M€, não se pode continuar a justificar este desfasamento recorrente face aos valores orçamentados com o facto de as freguesias além das transferências também beneficiam de investimentos estruturais efetuados pelo Município naquele território.

Análise comparativa entre Previsão e Execução

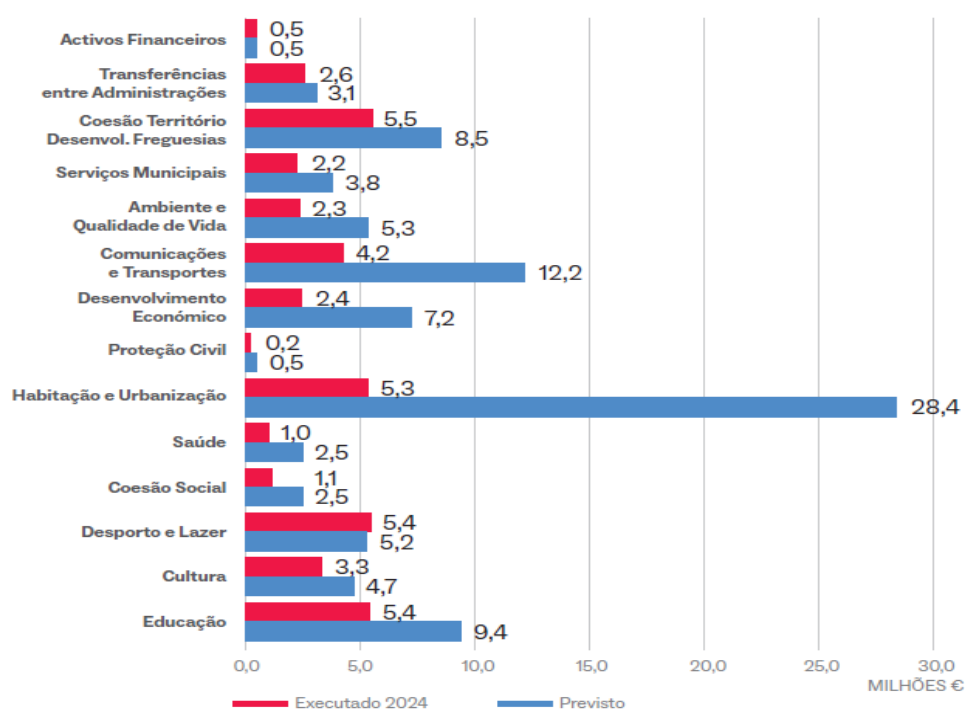


Figura 18 - Resumo de Execução das GOP

As transferências para as freguesias constituem um instrumento essencial de coesão territorial e de proximidade, permitindo dar resposta a necessidades concretas das populações de forma mais célere e eficaz. No entanto, apesar de o orçamento apontar para um valor de 8,5 milhões de euros, o grau de execução ficou-se pelos 5,73 milhões, o que representa um desvio significativo. Mais preocupante ainda é o facto de este desfasamento entre o previsto e o executado ser recorrente ao longo do mandato, revelando uma prática que fragiliza a confiança das juntas de freguesia nas promessas do executivo e limita a sua capacidade de planear e concretizar intervenções relevantes para os seus territórios. Esta incoerência entre o discurso e a ação compromete, em última instância, o princípio da equidade na distribuição de recursos pelo concelho. Quanto ao grau de execução das GOP, aqui representado relativamente aos valores iniciais orçamentados, podemos verificar desvios relevantes no cumprimento dos objetivos anteriormente traçados, nomeadamente na habitação e urbanização com um desvio de -23,1 M€, comunicações e transportes com um desvio de -8M€ e o desenvolvimento económico com um desvio de -4,8M€.

Execução das Grandes opções do Plano face ao orçamentado				Despesa com as GOP	Total da despesa Municipal
GOP	Executado	Previsto	Desvio		
Transferencias entre Administrações	2,6	3,1	-0,5	6,4%	2,8%
Coesão Território Desenvolvimento das Freguesias	5,5	8,5	-3	13,4%	5,8%
Serviços Municipais	2,2	3,8	-1,6	5,4%	2,3%
Ambiente Qualidade de Vida	2,3	5,3	-3	5,6%	2,4%
Comunicação e transportes	4,2	12,2	-8	10,3%	4,5%
Desenvolvimento económico	2,4	7,2	-4,8	5,9%	2,5%
Proteção Civil	0,2	0,5	-0,3	0,5%	0,2%
Habitação e Urbanização	5,3	28,4	-23,1	13,0%	5,6%
Saúde	1	2,5	-1,5	2,4%	1,1%
Coesão Social	1,1	2,5	-1,4	2,7%	1,2%
Desporto e Lazer	5,4	5,2	0,2	13,2%	5,7%
Cultura	3,3	4,7	-1,4	8,1%	3,5%
Educação	5,4	9,4	-4	13,2%	5,7%
Total	40,9	93,3	-52,4	100,0%	43,5%

Naturalmente, o grau de execução das Grandes Opções do Plano depende, em grande medida, das prioridades que o executivo camarário estabelece para cada área. É compreensível que, em alguns casos, o menor nível de execução se justifique por atrasos em obras em curso ou por fatores externos. No entanto, noutros domínios, torna-se difícil compreender o critério de prioridade adotado. Um exemplo disso é a área do desporto e lazer, onde não só se verificou um elevado grau de execução, como o orçamento inicialmente previsto foi mesmo excedido. Esta disparidade levanta questões legítimas sobre a coerência na definição das prioridades políticas e a sua correspondência com as necessidades mais urgentes do concelho. Na análise da execução das Grandes Opções do Plano, conforme gráfico da Fig. 17, é de assinalar uma limitação metodológica relevante: o município apresenta os dados apenas com base na despesa afeta às GOP, sem contextualizar esse valor no âmbito da despesa total do município. Esta opção reduz a transparência da análise e impede uma avaliação rigorosa da verdadeira prioridade que foi atribuída a estas políticas no conjunto do orçamento municipal. Sem esse enquadramento global, não é possível perceber com clareza qual o peso real que as GOP tiveram na gestão financeira do município ao longo do exercício. Uma análise completa e transparente deveria, por isso, contemplar a despesa total, permitindo aferir de forma mais objetiva o grau de compromisso político e financeiro com as estratégias definidas neste instrumento fundamental de planeamento. Ainda relativamente à análise das Grandes Opções do Plano, importa assinalar, com preocupação, a persistência de uma acentuada disparidade entre o que é orçamentado e o que efetivamente é executado. Esta diferença significativa compromete não apenas a concretização das metas inicialmente traçadas, como também desvirtua o sentido político do próprio documento. Seria desejável, em nome da transparência e do respeito pelas instituições, que o executivo apresentasse uma justificação séria e fundamentada para o desvio orçamental registado, que ascende a cerca de 52,4 milhões de euros. A ausência de uma explicação credível e detalhada só poderá ser interpretada como um sinal de que os orçamentos têm vindo a ser sistematicamente empolados, com o objetivo de criar uma ilusão de capacidade de investimento e agradar a todos com promessas que, à partida, se sabem

irrealizáveis. Esta prática, a manter-se, representa um claro desvirtuamento da função do orçamento como instrumento de planeamento realista e responsável, fragilizando a confiança das instituições e dos cidadãos na gestão municipal. Mais do que um problema de execução técnica, esta situação configura uma deslealdade institucional para com a Assembleia Municipal e, em particular, para com os senhores presidentes de junta que aprovaram este plano na legítima expectativa de que as políticas e investimentos ali inscritos seriam cumpridos. A repetição desta prática ao longo do mandato compromete a credibilidade dos instrumentos de planeamento e fragiliza a confiança entre os diferentes órgãos autárquicos, assim como entre o executivo e as populações que estes representam. A poupança corrente é um dos mais relevantes indicadores da saúde financeira de um município, pois representa a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, refletindo a margem disponível para realizar investimento com recursos próprios. Neste contexto, é motivo de preocupação o aumento significativo dos custos com pessoal ao longo do mandato, uma tendência que se tem vindo a acentuar de forma contínua. Esta evolução compromete progressivamente a capacidade de gerar poupança corrente e, conseqüentemente, a margem de manobra financeira do município. A previsão de um novo acréscimo de encargos, nomeadamente com a municipalização dos transportes urbanos, vem agravar ainda mais este cenário. Esta realidade poderá limitar seriamente a capacidade de investimento futuro do município com fundos próprios, tornando-o mais dependente de financiamento externo e reduzindo a sua autonomia financeira. Em conclusão, importa sublinhar a apreciação positiva do relatório de atividades e prestação de contas de 2024 no plano técnico, destacando-se a clareza e qualidade da informação apresentada, bem como o acolhimento de algumas propostas que fomos apresentando ao longo do mandato. Contudo, tratando-se do último documento deste ciclo autárquico, entendemos que não pode ser dissociado de uma avaliação política global. E, nesse âmbito, mantemos reservas relativamente às opções seguidas, nomeadamente no que diz respeito à política fiscal municipal — com especial ênfase na ausência de uma estratégia mais ambiciosa de redução de impostos e na redistribuição do IRS às famílias. Por estas razões, não podemos acompanhar este relatório em sede de votação, ficando claro que as opções do PSD seriam distintas, pelo que fica assim justificado o voto contra do Vereador do PSD. (a) Paulo Vale.” “DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR EDUARDO TEIXEIRA –Voto contra o Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas 2024 da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC) e dos Serviços Municipalizados (SMCV), por considerar que os dados apresentados revelam fragilidades sérias na execução orçamental, na gestão dos recursos públicos, na concretização das políticas municipais e, acima de tudo, na resposta às necessidades concretas da população e do território. Desde logo, o **grau de execução orçamental apresentado é o mais baixo de sempre**, com apenas 64% do total executado (ou 70,1% se descontada a redução orçamental), o que significa que **dois em cada três euros inscritos no orçamento não foram transformados em políticas, projetos ou serviços concretos para os municípios**. Esta taxa de execução traduz, por si só, um falhanço claro da ação executiva ao longo do ano de 2024, exigindo uma explicação robusta por parte da maioria municipal. Relativamente aos **fundos comunitários**, destaca-se que apenas 14 milhões de euros foram efetivamente mobilizados, um valor que se revela manifestamente insuficiente face às oportunidades existentes no quadro do Portugal 2030 e do PRR. Esta incapacidade de captação e execução de fundos europeus é um sinal preocupante de ineficácia

na gestão estratégica e no planeamento dos investimentos com financiamento externo. No plano das **receitas fiscais correntes**, embora se registre um aumento superior a 3,2% em comparação com 2023 (numa análise entre 2020 e 30 de dezembro de 2024), este crescimento não foi acompanhado de uma execução equilibrada das despesas, sobretudo no que diz respeito ao investimento e às transferências para as freguesias. Verifica-se ainda uma **evolução desequilibrada na receita fiscal**: enquanto o IMT associado à habitação teve um aumento de 35% (mais 2,4 milhões de euros), a **derrama** — um importante indicador da saúde financeira das empresas locais — sofreu uma **quebra de 36%, o que equivale a menos 1,3 milhões de euros**, revelando dificuldades no tecido económico empresarial do concelho. No que respeita às **transferências para as Juntas de Freguesia**, constata-se uma redução significativa de 13% face a 2022, com os valores deste ano a fixarem-se em apenas 110 mil euros, o que se revela absolutamente insuficiente para a autonomia e capacidade de intervenção local das freguesias. A promessa de reforço da coesão territorial não foi cumprida, já que **ficaram por transferir cerca de 3 milhões de euros** que deveriam ter sido canalizados para estas estruturas de proximidade. No âmbito das **Grandes Opções do Plano (GOP)**, ficaram por executar **52 milhões de euros**, um valor alarmante que exige uma justificação detalhada. A única área que registou um ligeiro acréscimo foi a do **Desporto**, com um valor que **ultrapassou o previsto em apenas 200 mil euros** — algo irrisório quando comparado com o montante global de incumprimento. Projetos estruturantes como o **Mercado Municipal**, o **Parque do Neiva**, o **Parque da Argaçosa** ou a **Cidade Desportiva** foram novamente adiados, comprometendo objetivos estratégicos já várias vezes anunciados. É também de salientar que, apesar da **execução integral das receitas fiscais previstas**, não se verificou um reflexo correspondente na concretização de investimentos nem na melhoria da qualidade dos serviços municipais. Inversamente, registou-se um agravamento dos custos com empreitadas e revisões contratuais, com um acréscimo superior a **12 milhões de euros** — cerca de **+15% face ao previsto** — por força da revisão de preços e atualizações salariais nos contratos de obras públicas. A **poupança corrente**, um dos indicadores essenciais da saúde financeira de uma autarquia, sofreu uma **quebra de 42% entre 2022 e 2024**, o que corresponde a uma redução de 4,4 milhões de euros, fragilizando a capacidade de resposta futura. Também o **investimento direto** teve uma redução de 13%, passando de 20 milhões de euros em 2022 para apenas 17,7 milhões em 2024. No capítulo do **endividamento**, verifica-se um agravamento do endividamento de curto prazo e do endividamento global. Apesar de o relatório procurar atenuar esta realidade, referindo uma redução líquida de 1,5 milhões de euros, os dados apresentados indicam uma pressão crescente sobre a capacidade de financiamento da autarquia e um risco efetivo para o cumprimento das obrigações assumidas. O alegado rigor orçamental e a sustentabilidade financeira estão, por conseguinte, comprometidos, e não se vislumbra uma estratégia clara de recuperação e estabilização. É igualmente inaceitável que a **sociedade Viana Polis** continue por liquidar, continuando a constar nos registos, o que representa não só uma irregularidade administrativa como um sinal de falta de resolução política. Este tipo de pendências mancha a transparência da governação local. Por fim, saliento que estão já **assumidos compromissos plurianuais no montante de 78 milhões de euros**, para os quais **apenas 800 mil euros estão assegurados em termos de receitas a receber**, sem que se compreenda de forma clara

como foi comunicada esta situação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nem quais os mecanismos previstos para garantir o seu cumprimento sem agravar a dívida municipal. Todos estes elementos revelam uma **gestão municipal desajustada, financeiramente frágil, politicamente incoerente e socialmente descomprometida com as reais prioridades dos cidadãos**. Por estas razões, e na defesa da boa governação, da transparência e do respeito pelos recursos públicos e pelas populações, **voto contra** o Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas 2024. (a) Eduardo Teixeira.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS**—O Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2024, coincidindo com o terceiro ano económico do mandato, impõe um balanço integrado e factual, sustentado por indicadores reconhecidos nacional e internacionalmente. Foram três anos marcados por desafios — da pandemia à nova ordem geopolítica, passando pela inflação, instabilidade governativa, atrasos no encerramento do PT2020 e no arranque do PRR e PT2030. Ainda assim, o Município demonstrou resiliência perante um contexto de elevada complexidade e forte impacto nas dinâmicas locais. Em 2024, reforçámos a matriz de gestão baseada na eficiência, transparência e controlo da despesa corrente, alcançando uma poupança relevante e maximizando o uso de fundos europeus. Este modelo permitiu consolidar a melhoria da qualidade de vida no concelho e atingir **a maior Conta de Gerência de sempre: 95,3 M€ de receita e 94,1 M€ de despesa** (+15,1% e +14,5%, respetivamente face a 2022). O trabalho conjunto com os agentes culturais, sociais, desportivos e económicos reforçou a coesão e permitiu honrar todos os compromissos com a comunidade. A gestão financeira pautou-se pelo realismo e responsabilidade, com contratos celebrados com o Governo e CCDR-N em áreas essenciais. Apesar do incumprimento dos prazos de transferência de verbas, a resiliência do Município garantiu a continuidade dos serviços públicos e dos investimentos estruturantes. Mais uma vez, mesmo perante a instabilidade económica e política, **o Município demonstrou estar preparado** para lidar com as turbulências financeiras e ter capacidade para ajustar o plano e respetiva execução de acordo com um cenário em constante mutação. Mostrámos capacidade de acompanhamento, atentos às tendências macroeconómicas e à capacidade de adaptação rápida para garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis. A importância da transparência e da prestação de contas não foi subestimada e foi essencial para manter a confiança dos investidores nacionais e internacionais, dos Vianenses e dos demais agentes do território no trabalho realizado. Com um diálogo próximo e comunicação eficaz, foi possível continuar a construir um ambiente de colaboração e empoderamento em convergência com o desenvolvimento sustentável para todos. No **plano institucional**, o Município deu um **salto significativo** nos últimos três anos, alcançando uma **notoriedade sem precedentes**. Fomos anfitriões de eventos nacionais e internacionais de grande visibilidade, como a 33.^a Cimeira Luso-Espanhola (novembro de 2022), o Dia do Exército (outubro de 2023), os Encontros do PNAID

(dezembro de 2023), o Dia da Polícia Marítima (outubro de 2024) e, em breve, o Dia da Marinha (maio de 2025). Em 2024, assumimos a **presidência do Eixo Atlântico**, que representa mais de 6,5 milhões de habitantes do Norte Peninsular. Reforçámos ainda a nossa posição em rankings nacionais, figurando entre as 20 melhores cidades para viver, visitar e investir, e como a terceira melhor cidade do Minho. A nível internacional, fomos distinguidos como a **3.ª Cidade Mais Acolhedora do Mundo** pela Booking.com, a **2.ª com maior reputação turística** em Portugal (Público/Evasão) e destacámo-nos como a segunda cidade portuguesa de onde partem mais peregrinos rumo a Santiago de Compostela, pelo Caminho Português da Costa. Recentemente, após um exigente processo de articulação institucional, formalizámos a adesão de Viana do Castelo à Associação Quadrilátero Urbano — uma rede estratégica que, com a nossa integração, passará a designar-se Pentágono Urbano. Esta aliança com Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão fortalece a coesão territorial e abre novas perspetivas de competitividade, inovação e internacionalização, confirmando Viana como uma “porta de entrada” estratégica da região no contexto europeu. Na dimensão do **desenvolvimento económico**, consolidámos o nosso ecossistema industrial, que já inclui mais de 30 multinacionais. Representamos atualmente mais de 1,5% das exportações nacionais e 3,8% da Região Norte, além de 45,8% das exportações do Alto Minho. Ocupamos a 7.ª posição entre os concelhos mais exportadores do Norte e a 13.ª a nível nacional, subindo três posições face a 2023. Fomos o **concelho do Norte com maior crescimento nas exportações em 2024**. No entanto, temos consciência de que as políticas públicas devem equilibrar o desafio do crescimento económico com a coesão social e a prestação de serviços equitativos. Nesse sentido, o investimento no Novo Acesso ao Vale do Neiva e na quarta travessia sobre o rio Lima, superior a 33 M€, será decisivo. Viana do Castelo continua a ser um território de oportunidades, como evidenciado pelo investimento da Nordic, de 50 M€, que criará mais de 600 postos de trabalho diretos e incrementará em mais de 800 M€ as nossas exportações até 2026. Nos últimos três anos, a **inovação** e o **planeamento estratégico** tornaram-se **pilares fundamentais** da nossa atuação, posicionando Viana do Castelo como referência nas políticas de emprego, fixação de investimento e qualificação, com um foco inédito na educação, inclusão e desenvolvimento sustentável. A reestruturação interna incorporou ferramentas de gestão modernas, capacitação de pessoal e tecnologias de informação, criando um modelo de governança ágil e próximo dos cidadãos. O Portal do Associativismo, a Inteligência Artificial na Gestão Urbanística e a consolidação dos sistemas de auditoria externa contribuíram para esse sucesso. O investimento em infraestruturas e na capacitação dos servidores públicos gerou resultados positivos, evidenciados pela atribuição do Prémio de Reconhecimento às **Câmaras Municipais com Maior Índice de Transparência**. Além disso, investimentos como o DataColab, o Viana STARTS e

a **liderança de Viana** no programa BNeutral refletem a convergência de esforços públicos e privados em inovação e tecnologias, colocando-nos como **referência nas economias azul, verde e na mobilidade sustentável**. O Município continua a enfrentar uma **redução significativa no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)**, com uma **diminuição superior a 1 M€/ano desde 2021**, recebendo valores inferiores aos de outros concelhos do Alto Minho, apesar da nossa população ser consideravelmente maior. Quanto aos impostos municipais, houve um aumento de 3,2% no IMT (+0,8 M€), enquanto a Derrama (-24,9%) e o IMI (-2,7%) apresentaram queda. Em relação ao IMI, cumprimos o compromisso eleitoral com os Vianenses, com uma **redução das taxas** de 0,36% para 0,35% e aumentos nas deduções para famílias numerosas. O aumento de 19,8% nas receitas em relação a 2023 deve-se principalmente à captação de fundos comunitários, que superaram os 14,1 M€, embora tenha sido prejudicado pela falta de liquidação dos pedidos de pagamento entre junho e dezembro de 2023 e pelos atrasos nas empreitadas do Novo Acesso ao Vale do Neiva e da quarta Travessia sobre o rio Lima. Relativamente à **Despesa**, o aumento da massa salarial superior a **2,4 M€ (+ 8,7%)**, seguindo já uma trajetória superior a **6,6 M€** relativamente a 2021, bem como dos encargos financeiros/juros (superior a **1,2 M€ | 6,7 vezes superior relativamente a 2021**), tiveram um impacto operacional significativo na gestão e execução do PAO2024. É crucial considerar e relevar o quanto este conjunto de fatores afetou as finanças municipais no decorrer de 2024, bem como a capacidade de cumprir com algumas das metas estabelecidas. Em consequência, este incremento na despesa operacional consolida uma tendência de crescimento desde 2021, que só na massa salarial, revisão de preços e juros, é superior a **11,7 M€** (6,6 M€, 4,1 M€ e 1 M€, respetivamente). Diante deste cenário desafiador e incerto, adotámos uma **abordagem estratégica e transparente na gestão dos recursos**, priorizando a **eficiência, inovação e sustentabilidade financeira**. A colaboração entre os serviços municipais e os diversos setores da sociedade, juntamente com a reinterpretção das parcerias e a busca por fontes alternativas de financiamento, foi fundamental para superar os desafios e atingir os objetivos. Mesmo em face da adversidade, assegurámos **serviços de qualidade**, mantendo a **proximidade com os cidadãos** e garantindo um **crescimento gradual nas transferências de capital para as Uniãoes e Juntas de Freguesia**, com **investimentos crescentes entre 2022 e 2024**, no valor de 5,49 M€, 5,50 M€ e 5,73 M€, respetivamente. Em 2024, o Município registou o **maior exercício financeiro de sempre**, com **receita de 95,3 M€ e despesa de 94,1 M€**. A **taxa de Execução Orçamental estabilizou em 70,1%**, sendo esta muito impactada pelos fatores identificados acima (cumprimento de contratos celebrados com a administração central e regional, com garantia de transferências de verbas, que não se concretizaram. Também a considerar para esta realidade, a litigância pré-contratual nas empreitadas do Novo Acesso ao Vale do Neiva e da quarta Travessia

sobre o rio Lima, que atrasaram o início das obras em mais de quatro meses e pelos sucessivos atrasos registados no encerramento do PT2020 e na contratualização dos Fundos Comunitários (PT2030) e da execução sólida do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Em 2024, o **investimento direto municipal atingiu os 17,73 M€**, superando em 1,17 M€ o valor de 2023 e consolidando, ao longo do mandato, os **maiores investimentos diretos da história do Município**. Esta capacidade resulta da **poupança corrente (10,5 M€)**, do recurso residual ao endividamento e do **forte financiamento por fundos comunitários (14,1 M€)**. Destaca-se ainda a **performance sólida nas Grandes Opções do Plano**, com **especial incidência na Coesão Territorial, Desporto, Educação, Habitação, Transportes, Cultura, Desenvolvimento Económico, Ambiente e Saúde**, refletindo um modelo de governação centrado no **desenvolvimento sustentável** e na resposta eficaz às **necessidades dos Vianenses**. Concluindo, em 2024, e ao longo de todo o mandato, superámos amplamente os compromissos assumidos com os Vianenses, alcançando os melhores resultados económicos da história do Município. Realizámos investimentos significativos e estruturantes: **mais de 20 M€ em Educação, mais de 14 M€ em Habitação, mais de 5 M€ no Desporto** (incluindo a Praça Viana), **mais de 6 M€ em Saúde, mais de 35 M€ em Desenvolvimento Económico, mais de 10 M€ em Abastecimento e Saneamento, mais de 7 M€ em Mobilidade e mais de 6 M€ em Inovação**. Com um planeamento sólido e financiamento garantido, **estamos atualmente a executar investimentos superiores a 100 M€ em todo o concelho**, assegurando a sustentabilidade económica do presente e do futuro de Viana do Castelo. Mantendo o compromisso com o rigor orçamental e a sustentabilidade financeira, conseguimos reduzir o valor dos empréstimos em 1,9 M€ ao longo do mandato (de 26,6 M€ em 2021 para 24,7 M€ em 2024), e em 2,2 M€ só no último ano. A Dívida Total também desceu 1,5 M€ no mandato e 3,9 M€ entre 2023 e 2024. Paralelamente, aumentámos a Margem de Endividamento em 13,7 M€, atingindo 71 M€, o que reflete não apenas disciplina financeira, mas também uma gestão inteligente, que garante capacidade de investimento sem comprometer a estabilidade futura do Município. Relativamente ao **Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC)**, este apresenta resultados claros de uma gestão comprometida com o serviço público, com a sustentabilidade ambiental e com a eficiência organizacional, refletidos em dados operacionais e financeiros que merecem ser destacados. A nível da recolha e gestão de resíduos, regista-se uma **média semanal de 651 toneladas de resíduos urbanos indiferenciados**, com uma **redução de -0,4% em comparação com 2023**, apesar de um aumento geral de 1,78% na produção total de resíduos urbanos — sinal de maior eficiência e maior adesão dos cidadãos à separação e valorização. A **recolha de biorresíduos atingiu um máximo histórico de 1.699,98 toneladas**, traduzindo o **sucesso das campanhas de sensibilização e da ação no terreno**. No domínio da

limpeza urbana, é notório o **reforço operacional**, com destaque para a aquisição de um aspirador elétrico, que introduziu ganhos significativos de eficácia em zonas sensíveis da cidade. O **trabalho contínuo** nos 24 km de linha costeira do concelho, com ações diárias de limpeza, manutenção de balneários e conservação de passadiços e mobiliário urbano, **reforça o papel dos SMVC na valorização ambiental e turística do território**. A nível interno, assinala-se a **redução da dependência do trabalho temporário**, o que contribui para a estabilidade das equipas e melhores condições laborais. A entrada de um **Diretor Delegado** no início de 2024 representou um novo impulso na profissionalização da estrutura, com reflexo na eficiência organizacional e no planeamento estratégico. No **plano financeiro**, importa sublinhar os desafios colocados **pelo aumento exponencial dos custos de deposição de resíduos – cerca de +2220% entre 2020 e 2024**, que tiveram impacto direto nas contas da entidade. Esta pressão orçamental levou à necessidade urgente de reorganização contabilística e à procura de medidas concretas de reequilíbrio financeiro, num esforço que está em curso e que requer o envolvimento estratégico da Câmara Municipal de Viana do Castelo para garantir a sustentabilidade do sistema, minimizando os impactos sobre os utilizadores. A **comunicação com os cidadãos evoluiu** substancialmente, com canais mais eficazes e respostas sistemáticas às reclamações e sugestões recebidas. Como reconhecimento do trabalho desenvolvido, merece destaque a **atribuição do Selo URBACT Boas Práticas** ao projeto “Viana Abraça”, a nível europeu, consolidando a imagem externa dos SMVC como organização inovadora, próxima e resiliente. Elencados os argumentos principais para suportar a nossa decisão, **votamos favoravelmente os Relatórios de Atividades e Contas de 2024 do Município de Viana do Castelo e dos Serviços Municipalizados**, reconhecendo o esforço conjunto na afirmação de uma gestão pública sólida, transparente e orientada para a melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos. A dimensão estratégica, a responsabilidade orçamental e o compromisso com a sustentabilidade e a inovação, quer na ação política municipal, quer na prestação de serviços essenciais, refletem uma governação próxima, eficaz e centrada nas pessoas. A atuação integrada das duas entidades confirma um modelo de desenvolvimento coeso, resiliente e com visão de futuro para o concelho. (a). Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”.

23 de Abril de 2025